

ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 975

RETRATO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL SEGUNDO O CENSO DE 1991

**Ana Maria de Resende Chagas
Renato Baumgratz Viotti**

Brasília, agosto de 2003

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 975

RETRATO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL SEGUNDO O CENSO DE 1991*

Ana Maria de Resende Chagas**
Renato Baumgratz Viotti***

Brasília, agosto de 2003

* Estudo elaborado originalmente para a pesquisa O portador de deficiência no Brasil, 1991, mediante convênio entre a Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) e o Ipea, com o apoio do Projeto BRA/96/013 – Programa das Nações Unidas (Pnud) – e da Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores.

** Técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

*** Técnico em Análise de Sistemas, Consultor da Coordenação-Geral de Modernização e Tecnologia de Informação (CGMTI) do Ipea.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Guido Mantega

Secretário-Executivo – Nelson Machado



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Antonio Truzzi Arbix

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Maurício Otávio Mendonça Jorge

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Ricardo Varsano

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Gustavo Maia Gomes

Diretor de Estudos Setoriais

Mário Sérgio Salerno

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Assessor de Comunicação

Murilo Lôbo

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 DISTRIBUIÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS 8

3 SITUAÇÃO CONJUGAL 16

4 EDUCAÇÃO 17

5 TRABALHO 24

6 FAMÍLIA 29

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 34

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 36

SINOPSE

Este artigo visa a divulgar dados do Censo de 1991 relativos à pessoa com deficiência que possam ser comparados aos que serão brevemente disponibilizados pelo IBGE, correspondentes ao Censo 2000. Apesar de o Censo 1991 ter subenumerado a população com deficiência (1,14%), os números relativos permitem uma boa caracterização deste grupo populacional, como demonstram alguns dos resultados encontrados: as deficiências mentais no Brasil são em menor proporção que o percentual preconizado pela ONU; a maior parte das pessoas deficientes está na região Sudeste, como consequência da concentração populacional; os homens são mais acometidos que as mulheres em todos os tipos de deficiências; o grupo etário de 60 anos ou mais é o que apresenta a maior incidência de deficiências, predominando as sensoriais e as motoras; mais que a quarta parte das pessoas com deficiência é casada e tem, portanto, responsabilidades familiares; a maioria é não alfabetizada; ao contrário do que ocorre com o restante da população, entre as pessoas com deficiências, as mulheres frequentam menos a escola que os homens; poucos trabalham habitualmente durante o ano; seus rendimentos concentram-se entre 1/4 e 1 salário-mínimo; um quinto deles pertence a famílias com até 1/4 de salário-mínimo *per capita*, e quase a metade está em famílias com até meio salário-mínimo *per capita*.

ABSTRACT

This article shows results from the 1991 Brazilian Demographic Census on the disabled population. Although the Census underestimates the disabled population (1,14%), the figures allow the drawing of a reasonable portrait of this group. The data shows that: the proportion of mental disabilities in Brazil is lower than the UN estimates; most of the disabled live in the Southeastern region as a result of its bigger population; all kinds of disability are more commonly found among man; the age group of over 60 presents higher prevalence of disabilities in which the sensorial and motor are the main types; a fourth of the disabled are married and therefore have family responsibilities; the majority is illiterate; school attendance is lower among females; only a few work regularly; their wages are between one fourth of the minimum wage and one minimum wage; a fifth are in families with lower earnings than one fourth of the *per capita* minimum wage and about half of the families have lower earnings than 1/2 *per capita* minimum wage.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é oriundo da pesquisa¹ que teve como objetivo traçar o perfil socioeconômico da pessoa com deficiência no Brasil, adotando como base os microdados do Censo Demográfico de 1991. Sua motivação foi explorar os dados relativos à deficiência, captados obrigatoriamente em cada Censo a partir da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Há também o interesse de disponibilizar informações que possam ser comparadas às do Censo de 2000, que estarão disponíveis em breve.

A importância de se avaliar a incidência da deficiência, a sua localização e as características socioeconômicas dos portadores está em proporcionar informações que subsidiem a concepção e a implementação de políticas ou ações que venham minimizar as dificuldades enfrentadas por estas pessoas, por meio de sua normalização, da eliminação de barreiras físicas, sociais e econômicas e da busca da promoção da equidade.

Na caracterização da pessoa com deficiência, utilizaram-se as variáveis: tipo de deficiência, sexo e faixa etária, educação (alfabetização e anos de estudo), trabalho (condição de ocupação, local de trabalho e setores de atividade) e rendimentos. Características das famílias também foram analisadas no que se refere a: sexo do chefe da família, seus anos de estudo, rendimento familiar, localização do domicílio, condição de ocupação do domicílio e espécie de família. Para algumas variáveis, utilizou-se a comparação com o total da população.

Detectou-se na pesquisa subenumeração da deficiência (apenas 1,14% de pessoas com deficiência no Brasil), o que pode ser explicado pela metodologia de apuração da informação, pelos conceitos e categorias utilizados. Se a medição das magnitudes ficou comprometida no Censo de 1991, a utilização dos números relativos mais o detalhamento aqui apresentado permitem uma aproximação quanto às condições de vida da pessoa com deficiência, que representam o acesso aos serviços educacionais, ao trabalho e às demais variáveis a elas relacionadas, como rendimentos e situação de moradia.

A comparação com os dados do Censo de 2000 será útil não só para checar a qualidade da informação apurada nos dois Censos, como também para aferir a validade da utilização da nova metodologia, além das alterações verificadas no perfil deste grupo populacional.

Este artigo apresenta inicialmente a distribuição das deficiências no Brasil por região, tipo, sexo e idade; seguem-se as características pessoais do indivíduo – situação conjugal, educação e trabalho –; e, por fim, as características da família e do chefe do domicílio. Nas considerações finais, estão reunidos alguns dos resultados encontrados.

1. A pesquisa original, O portador de deficiência no Brasil, 1991, teve divulgação limitada via Internet (site Ipea, por um período) e CD-ROM, única maneira de tornar público o enorme material produzido – seis volumes de estatísticas, totalizando 2.054 páginas, sendo um volume para cada região e um para o Brasil, além do relatório. O que aqui se apresenta é o relatório, que teve pequenos ajustes, estando os CDs disponíveis para consulta das estatísticas nas bibliotecas do Ipea e na Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde). O resultado do Censo de 1991 e esta pesquisa, em particular, mostraram a necessidade de revisão da metodologia empregada para a apuração da população com deficiência, procedimento que foi adotado para a apuração do Censo de 2000.

2 DISTRIBUIÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS

2.1 POR REGIÃO

Em 1991, o Brasil possuía aproximadamente 1,7 milhão de pessoas com deficiência. Em relação à população total, representavam 1,14%. Regionalmente, esses percentuais estão expressos nas tabelas 1, 2 e 3 e no gráfico 1.

TABELA 1

Proporção de pessoas com deficiência no total da população segundo região – 1991
(Em %)

Região	PCD / Pop. total
Brasil	1,14
Norte	0,94
Nordeste	1,13
Sudeste	1,16
Sul	1,19
Centro-Oeste	1,09

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Os dados são contrários aos que se poderia esperar, pois se supunha que as regiões com menos recursos econômicos, de saneamento e de acesso aos serviços de saúde apresentariam percentuais mais elevados. Tal resultado pode indicar que a avaliação da deficiência seja mais rigorosa em regiões com melhores níveis educacionais, nas quais o distanciamento dos padrões ditos normais seja mais percebido, influenciando as respostas ao questionário do Censo Demográfico.

TABELA 2

Distribuição da quantidade e da proporção da população com deficiência por unidade da Federação – 1991

Região	Pessoas com deficiência	População total	Particip. da pop. regional (%)	PCD/ Pop. regional (%)	PCD/ Pop. total (%)
Brasil	1.667.783	146.815.792	100,00		1,14
Região Norte	93.992	10.027.363	5,64	100,00	0,94
Rondônia	8.919	1.133.266		9,49	0,79
Acre	4.563	417.098		4,85	1,09
Amazonas	19.063	2.102.776		20,28	0,91
Roraima	1.752	217.583		1,86	0,81
Pará	46.963	4.949.207		49,96	0,95
Amapá	2.355	289.039		2,51	0,81
Tocantins	10.377	918.394		11,04	1,13
Região Nordeste	478.447	42.494.099	28,69	100,00	1,13
Maranhão	51.474	4.929.681		10,76	1,04
Piauí	29.381	2.582.072		6,14	1,14
Ceará	75.088	6.366.114		15,69	1,18
Rio Grande do Norte	30.410	2.415.077		6,36	1,26
Paraíba	37.885	3.201.329		7,92	1,18
Pernambuco	86.437	7.127.947		18,07	1,21
Alagoas	24.901	2.512.665		5,20	0,99
Sergipe	15.524	1.491.876		3,24	1,04
Bahia	127.347	11.867.338		26,62	1,07

(continua)

(continuação)

Região	Pessoas com deficiência	População total	Particip. da pop. regional (%)	PCD/ Pop. regional (%)	PCD/ Pop. total (%)
Região Sudeste	728.704	62.740.171	43,69	100,00	1,16
Minas Gerais	202.954	15.743.533		27,85	1,29
Espírito Santo	31.073	2.600.618		4,26	1,19
Rio de Janeiro	154.219	12.807.195		21,16	1,20
São Paulo	340.458	31.588.825		46,72	1,08
Região Sul	263.654	22.129.114	15,81	100,00	1,19
Paraná	102.892	8.448.623		39,03	1,22
Santa Catarina	52.279	4.542.032		19,83	1,15
Rio Grande do Sul	108.483	9.138.459		41,15	1,19
Região Centro-Oeste	102.957	9.425.045	6,17	100,00	1,09
Mato Grosso do Sul	18.832	1.780.373		18,29	1,06
Mato Grosso	20.153	2.026.071		19,57	0,99
Goiás	50.158	4.017.507		48,72	1,25
Distrito Federal	13.814	1.601.094		13,42	0,86

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

TABELA 3

Proporção de cada tipo de deficiência nas unidades da Federação – 1991

(Em %)

Região	Tipo de Deficiência								Total
	Cegueira	Surdez	Hemiplegia	Paraplegia	Tetraplegia	Falta de membros	Deficiência mental	Mais de uma	
Brasil	8,75	10,41	12,51	12,09	2,82	8,70	39,51	5,22	100,00
Região Norte	11,07	12,53	11,27	13,37	2,75	12,10	31,50	5,41	100,00
Rondônia	6,96	10,23	12,17	13,23	3,26	11,83	36,93	5,39	100,00
Acre	8,79	10,41	11,44	14,33	1,73	12,62	37,94	2,76	100,00
Amazonas	12,41	13,18	9,92	14,06	2,84	13,20	29,41	4,96	100,00
Roraima	11,59	11,93	10,84	13,01	6,85	14,67	29,22	1,94	100,00
Pará	11,67	12,75	11,87	12,84	2,37	12,47	30,60	5,43	100,00
Amapá	14,27	9,34	8,96	12,57	2,46	8,54	36,35	7,56	100,00
Tocantins	9,62	14,05	10,76	14,41	3,65	8,81	31,25	7,47	100,00
Região Nordeste	11,01	11,42	11,36	13,63	2,84	7,58	36,94	5,22	100,00
Maranhão	12,54	13,47	12,87	12,82	3,19	8,15	32,30	4,66	100,00
Piauí	12,32	10,65	11,52	12,56	2,97	6,22	38,89	4,87	100,00
Ceará	11,45	10,61	9,83	15,25	2,54	7,43	37,80	5,09	100,00
Rio Grande do Norte	10,27	10,47	10,15	14,21	2,73	7,37	38,99	5,81	100,00
Paraíba	10,65	9,73	11,55	14,76	3,34	7,51	36,77	5,69	100,00
Pernambuco	10,19	11,01	11,94	13,53	2,47	7,47	37,74	5,65	100,00
Alagoas	10,94	9,92	11,03	14,28	2,67	7,96	38,03	5,17	100,00
Sergipe	10,89	9,78	12,37	14,07	2,99	7,18	37,85	4,86	100,00
Bahia	10,71	12,74	11,41	12,65	2,98	7,85	36,57	5,09	100,00
Região Sudeste	8,13	9,44	13,40	11,03	2,73	8,64	41,78	4,86	100,00
Minas Gerais	7,13	9,81	11,92	11,09	3,05	7,98	43,51	5,51	100,00
Espírito Santo	6,88	8,44	13,42	12,07	3,37	11,17	38,91	5,76	100,00
Rio de Janeiro	10,43	9,66	13,94	10,82	2,08	8,38	40,27	4,42	100,00
São Paulo	7,80	9,20	14,03	10,99	2,77	8,92	41,69	4,60	100,00
Região Sul	6,44	9,98	12,55	11,28	2,91	9,98	41,08	5,78	100,00
Paraná	7,14	9,94	14,35	12,28	2,79	9,38	38,25	5,88	100,00
Santa Catarina	6,33	11,30	11,01	11,07	3,42	10,43	40,90	5,54	100,00
Rio Grande do Sul	5,83	9,38	11,59	10,43	2,77	10,33	43,86	5,82	100,00
Região Centro-Oeste	6,34	11,76	12,53	13,34	3,21	8,05	38,63	6,15	100,00
Mato Grosso do Sul	6,78	11,20	12,88	12,85	2,37	8,96	38,80	6,15	100,00
Mato Grosso	7,94	12,16	11,69	15,06	3,92	8,65	35,25	5,34	100,00
Goiás	5,59	12,61	12,41	12,73	3,33	7,69	38,96	6,68	100,00
Distrito Federal	6,12	8,85	13,70	13,72	2,84	7,21	42,16	5,39	100,00

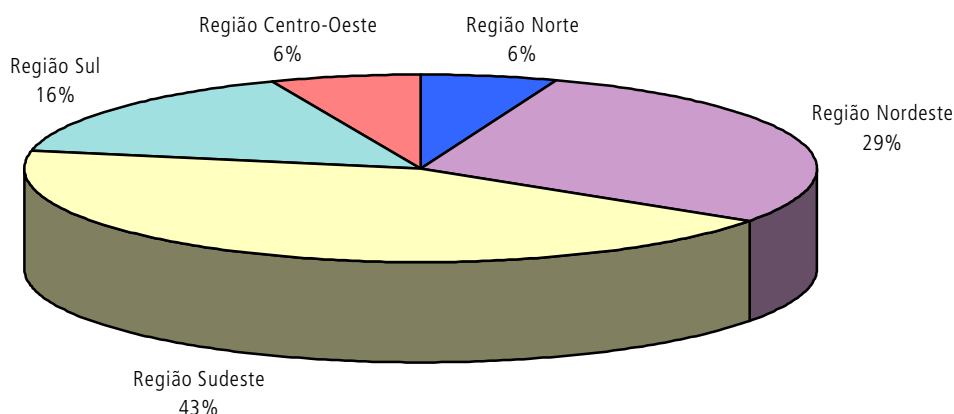
Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Observa-se que a deficiência distribui-se pelo território conforme a concentração populacional. No entanto, detectou-se incidência mais que proporcional à população nas regiões Sul (1,05) e Sudeste (1,02) e menos que proporcional nas demais: Nordeste (0,99), Centro-Oeste (0,96), e destaque para o Norte, com 0,83.

GRÁFICO 1

Distribuição das deficiências por região do Brasil – 1991



Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

2.2 POR TIPO

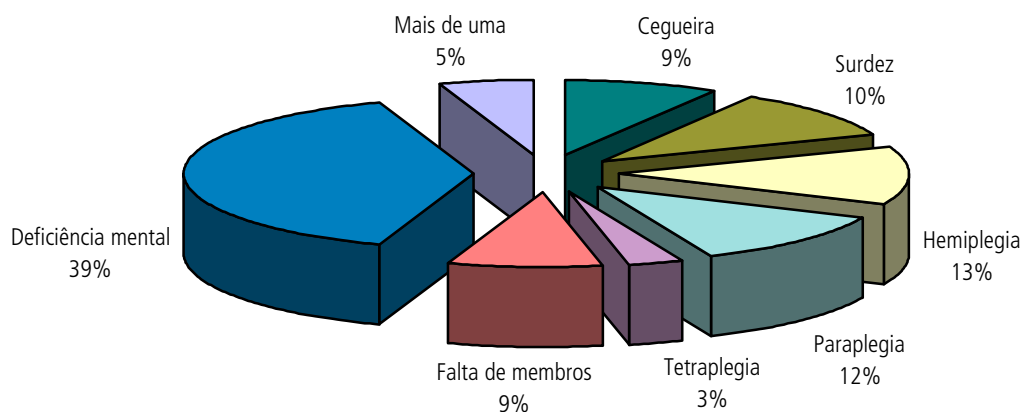
Estimativa anterior a esta pesquisa² situava a deficiência mental em torno de 50% do total das deficiências. Entretanto, os dados mostram, para o Brasil, percentual inferior, de 39,5%. As regiões Sudeste e Sul são as que apresentam deficiência mental acima da média brasileira, 41,9% e 41,1%, respectivamente. A soma dos problemas físicos, assim consideradas a hemiplegia, a paraplegia, a tetraplegia e a falta de membros, aproxima-se deste percentual, ou seja, 36,1%. Seguem a surdez (10,4%), a cegueira (8,7%) e mais de uma deficiência (5,2%) (ver gráfico 2 e tabela 4).

Observando-se a prevalência das deficiências entre a população geral, constata-se que a cegueira é mais frequente no Nordeste (0,12%) do que no restante do país, e que o Rio de Janeiro (0,13%) se destaca entre os estados da região Centro-Sul. A surdez predomina no Nordeste e no Centro-Oeste (0,13% em ambos). A falta de membros acomete 0,12% das pessoas da região Sul e 0,11% da população do Norte; a hemiplegia está mais presente nas regiões Sudeste (0,16%) e Sul (0,15%); a paraplegia predomina no Nordeste e no Centro-Oeste (0,15% em ambos); e a deficiência mental atinge 0,49% da população do Sul e do Sudeste (ver tabela 4).

2. Estimativa da Organização Mundial de Saúde (MPAS/SAS, 1996, p. 8) mostra a seguinte prevalência das deficiências no Brasil:

Deficiência	Prevalência (%)
Mental	5,0
Física	2,0
Auditiva	1,5
Múltiplas	1,0
Visual	0,5
Total da população	10,0

GRÁFICO 2

Distribuição das deficiências por tipo, Brasil – 1991

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Entre a população portadora de deficiência, observa-se que na região Norte a falta de membros é maior que no restante do país, sendo muito elevada nos estados de Roraima (14,7%), Amazonas (13,2%), Acre (12,6%), Pará (12,5%) e Rondônia (11,8%). Os estados do Espírito Santo (11,2%), Santa Catarina (10,4%), Rio Grande do Sul (10,3%) e Paraná (9,4%) também mostram acentuada ocorrência dessa deficiência. Roraima apresenta o maior percentual nacional na ocorrência da tetraplegia (6,9%) (ver tabela 3).

Estudos específicos poderiam indicar as causas da predominância de algumas deficiências em determinadas regiões. Há de se indagar se as causas têm relação com a atividade econômica da região e a ausência de equipamentos adequados de proteção no trabalho, acarretando acidentes ou condições de insalubridade, ou se se relacionam com a questão nutricional da população, com o atendimento médico na gravidez e no parto, com as seqüelas de doenças mal-tratadas, com a falta de prevenção de doenças evitáveis, ou ainda com os acidentes de trânsito e com a violência.

A distribuição das deficiências por região segue, entretanto, a concentração populacional, sendo maior nas regiões mais populosas e menor nas regiões com menor contingente populacional. Por esse motivo, a região Sudeste apresenta 43,7% dos deficientes do país, enquanto que a região Norte responde por 5,6% (ver tabelas 2 e 5).

TABELA 4

Proporção de pessoas com deficiência na população total segundo tipo de deficiência e por unidade da Federação – 1991

(Em %)

Região	Tipo de deficiência								Total
	Cegueira	Surdez	Hemiplegia	Paraplegia	Tetraplegia	Falta de membros	Deficiência mental	Mais de uma	
Brasil	0,10	0,12	0,14	0,14	0,03	0,10	0,45	0,06	1,14
Região Norte	0,10	0,12	0,11	0,13	0,03	0,11	0,30	0,05	0,94
Rondônia	0,05	0,08	0,10	0,10	0,03	0,09	0,29	0,04	0,79
Acre	0,10	0,11	0,13	0,16	0,02	0,14	0,42	0,03	1,09

(continua)

(continuação)

Região	Tipo de deficiência								
	Cegueira	Surdez	Hemiplegia	Paraplegia	Tetraplegia	Falta de membros	Deficiência mental	Mais de uma	Total
Amazonas	0,11	0,12	0,09	0,13	0,03	0,12	0,27	0,04	0,91
Roraima	0,09	0,10	0,09	0,10	0,06	0,12	0,24	0,02	0,81
Pará	0,11	0,12	0,11	0,12	0,02	0,12	0,29	0,05	0,95
Amapá	0,12	0,08	0,07	0,10	0,02	0,07	0,30	0,06	0,81
Tocantins	0,11	0,16	0,12	0,16	0,04	0,10	0,35	0,08	1,13
Região Nordeste	0,12	0,13	0,13	0,15	0,03	0,09	0,42	0,06	1,13
Maranhão	0,13	0,14	0,13	0,13	0,03	0,09	0,34	0,05	1,04
Piauí	0,14	0,12	0,13	0,14	0,03	0,07	0,44	0,06	1,14
Ceará	0,14	0,13	0,12	0,18	0,03	0,09	0,45	0,06	1,18
Rio Grande do Norte	0,13	0,13	0,13	0,18	0,03	0,09	0,49	0,07	1,26
Paraíba	0,13	0,12	0,14	0,17	0,04	0,09	0,44	0,07	1,18
Pernambuco	0,12	0,13	0,14	0,16	0,03	0,09	0,46	0,07	1,21
Alagoas	0,11	0,10	0,11	0,14	0,03	0,08	0,38	0,05	0,99
Sergipe	0,11	0,10	0,13	0,15	0,03	0,07	0,39	0,05	1,04
Bahia	0,11	0,14	0,12	0,14	0,03	0,08	0,39	0,05	1,07
Região Sudeste	0,09	0,11	0,16	0,13	0,03	0,10	0,49	0,06	1,16
Minas Gerais	0,09	0,13	0,15	0,14	0,04	0,10	0,56	0,07	1,29
Espírito Santo	0,08	0,10	0,16	0,14	0,04	0,13	0,46	0,07	1,19
Rio de Janeiro	0,13	0,12	0,17	0,13	0,03	0,10	0,48	0,05	1,20
São Paulo	0,08	0,10	0,15	0,12	0,03	0,10	0,45	0,05	1,08
Região Sul	0,08	0,12	0,15	0,13	0,03	0,12	0,49	0,07	1,19
Paraná	0,09	0,12	0,17	0,15	0,03	0,11	0,47	0,07	1,22
Santa Catarina	0,07	0,13	0,13	0,13	0,04	0,12	0,47	0,06	1,15
Rio Grande do Sul	0,07	0,11	0,14	0,12	0,03	0,12	0,52	0,07	1,19
Região Centro-Oeste	0,07	0,13	0,14	0,15	0,04	0,09	0,42	0,07	1,09
Mato Grosso do Sul	0,07	0,12	0,14	0,14	0,03	0,09	0,41	0,07	1,06
Mato Grosso	0,08	0,12	0,12	0,15	0,04	0,09	0,35	0,05	0,99
Goiás	0,07	0,16	0,15	0,16	0,04	0,10	0,49	0,08	1,25
Distrito Federal	0,05	0,08	0,12	0,12	0,02	0,06	0,36	0,05	0,86

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Obs.: A coluna total indica a soma da distribuição das deficiências em cada região (em cada linha), em correspondência ao total da população, ou seja, para o Brasil corresponde a 1,14%.

TABELA 5

Participação de cada unidade da Federação no total das deficiências segundo o tipo de deficiência – 1991

(Em %)

Região	Tipo de deficiência								
	Cegueira	Surdez	Hemiplegia	Paraplegia	Tetraplegia	Falta de membros	Deficiência mental	Mais de uma	Total
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Região Norte	7,14	6,79	5,08	6,23	5,50	7,84	4,50	5,85	5,64
Rondônia	0,43	0,53	0,52	0,59	0,62	0,73	0,50	0,55	0,53
Acre	0,27	0,27	0,25	0,32	0,17	0,40	0,26	0,14	0,27
Amazonas	1,62	1,45	0,91	1,33	1,15	1,73	0,85	1,09	1,14
Roraima	0,14	0,12	0,09	0,11	0,26	0,18	0,08	0,04	0,11
Pará	3,76	3,45	2,67	2,99	2,37	4,04	2,18	2,93	2,82
Amapá	0,23	0,13	0,10	0,15	0,12	0,14	0,13	0,20	0,14
Tocantins	0,68	0,84	0,54	0,74	0,81	0,63	0,49	0,89	0,62
Região Nordeste	36,12	31,47	26,06	32,34	28,90	24,97	26,83	28,69	28,69
Maranhão	4,43	4,00	3,18	3,27	3,50	2,89	2,52	2,75	3,09

(continua)

(continuação)

Região	Tipo de deficiência								Total
	Cegueira	Surdez	Hemiplegia	Paraplegia	Tetraplegia	Falta de membros	Deficiência mental	Mais de uma	
Piauí	2,48	1,80	1,62	1,83	1,86	1,26	1,73	1,64	1,76
Ceará	5,89	4,59	3,54	5,68	4,06	3,84	4,31	4,39	4,50
Rio Grande do Norte	2,14	1,83	1,48	2,14	1,76	1,54	1,80	2,03	1,82
Paraíba	2,77	2,12	2,10	2,77	2,69	1,96	2,11	2,48	2,27
Pernambuco	6,04	5,48	4,95	5,80	4,54	4,45	4,95	5,61	5,18
Alagoas	1,87	1,42	1,32	1,76	1,41	1,37	1,44	1,48	1,49
Sergipe	1,16	0,88	0,92	1,08	0,99	0,77	0,89	0,87	0,93
Bahia	9,35	9,35	6,97	7,99	8,08	6,89	7,07	7,44	7,64
Região Sudeste	40,62	39,61	46,81	39,86	42,28	43,37	46,20	40,69	43,69
Minas Gerais	9,92	11,47	11,60	11,17	13,15	11,15	13,40	12,85	12,17
Espírito Santo	1,47	1,51	2,00	1,86	2,23	2,39	1,83	2,06	1,86
Rio de Janeiro	11,02	8,59	10,31	8,28	6,83	8,90	9,42	7,82	9,25
São Paulo	18,21	18,04	22,90	18,56	20,07	20,92	21,54	17,97	20,41
Região Sul	11,65	15,16	15,87	14,75	16,30	18,12	16,44	17,51	15,81
Paraná	5,04	5,89	7,08	6,27	6,11	6,65	5,97	6,94	6,17
Santa Catarina	2,27	3,40	2,76	2,87	3,80	3,76	3,24	3,32	3,13
Rio Grande do Sul	4,34	5,86	6,03	5,61	6,40	7,72	7,22	7,24	6,50
Região Centro-Oeste	4,48	6,98	6,18	6,81	7,02	5,71	6,04	7,27	6,17
Mato Grosso do Sul	0,88	1,22	1,16	1,20	0,95	1,16	1,11	1,33	1,13
Mato Grosso	1,10	1,41	1,13	1,51	1,68	1,20	1,08	1,24	1,21
Goiás	1,92	3,64	2,98	3,17	3,56	2,66	2,97	3,85	3,01
Distrito Federal	0,58	0,70	0,91	0,94	0,84	0,69	0,88	0,86	0,83

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

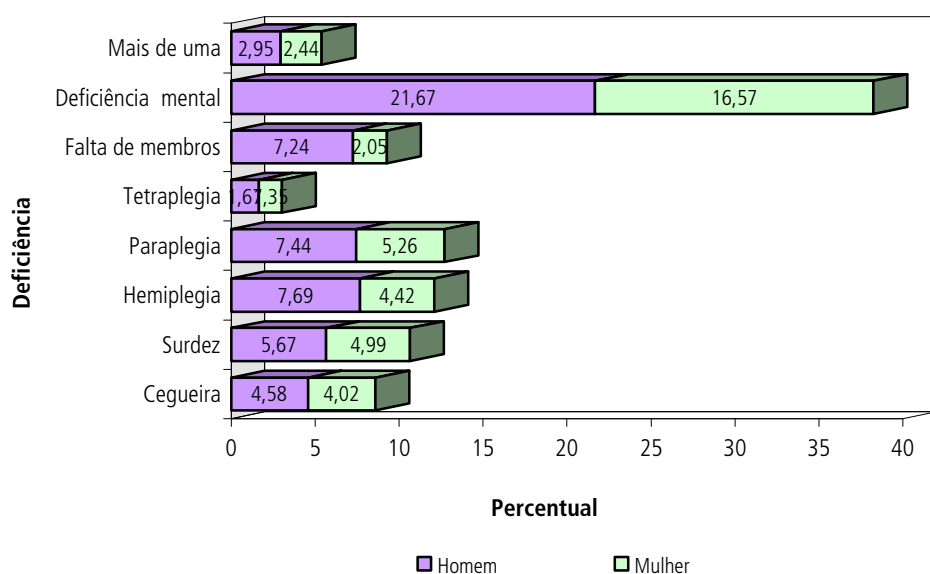
Elaboração: Ipea.

2.3 POR SEXO

Na distribuição por sexo, é nítida a maior incidência de deficiências entre os homens, sendo de aproximadamente 59% para o Brasil e para cada uma das unidades da Federação. A falta de membros e a hemiplegia são aquelas em que isso mais se evidencia. Os homens são mais acometidos que as mulheres nessas duas ocorrências em, respectivamente, 253% e 74%. Pode-se supor que as causas exógenas (acidentes do trabalho, acidentes de trânsito e violência) explicam a superioridade masculina na falta de membros, e que as causas endógenas (vasculares) justificam sua predominância na hemiplegia (ver gráfico 3 e tabela 6).

O diferencial entre sexos na categoria falta de membros é muito variável entre as regiões, sendo maior na Norte (331%), seguido pela Sul (258%), pela Nordeste (247%), pela Centro-Oeste (240%) e pelo Sudeste (189%). Destaca-se também a maior incidência da tetraplegia entre homens na região Norte (cerca de 74%) e no Distrito Federal (135%) (ver tabela 6).

GRÁFICO 3

Distribuição das deficiências por sexo, Brasil – 1991

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Obs.: A soma das barras horizontais é igual a 100%.

TABELA 6

Proporção de cada deficiência no total das deficiências segundo sexo e unidade da Federação – 1991

(Em %)

Região	Tipo de deficiência																		Total	
	Cegueira		Surdez		Hemiplegia		Paraplegia		Tetraplegia		Falta de membros		Deficiência mental		Mais de uma					
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
Brasil	4,58	4,02	5,67	4,99	7,69	4,42	7,44	5,26	1,67	1,35	7,24	2,05	21,67	16,57	2,95	2,44	58,89	41,11		
Região Norte	5,73	5,03	6,13	5,56	7,22	3,63	8,24	5,25	2,11	1,21	9,52	2,21	18,07	15,03	2,74	2,32	59,77	40,23		
Roraima	3,49	3,48	6,37	3,86	7,49	4,67	8,57	4,66	1,85	1,41	10,56	1,27	19,70	17,23	3,06	2,33	61,09	38,91		
Acre	4,39	4,41	5,50	4,91	8,90	2,54	9,48	4,85	1,09	0,64	10,52	2,11	20,97	16,95	0,90	1,86	61,74	38,26		
Amazonas	6,99	5,42	7,97	5,21	6,11	3,81	8,10	5,96	1,47	1,37	10,74	2,47	15,51	13,90	2,73	2,23	59,63	40,37		
Roraima	5,78	5,79	3,35	8,57	6,64	4,23	9,35	3,65	5,82	1,04	11,80	2,84	17,29	11,96	0,37	1,52	60,40	39,60		
Pará	5,61	6,06	6,95	5,80	8,00	3,86	7,51	5,34	1,27	1,10	9,84	2,63	17,06	13,53	3,23	2,20	59,48	40,52		
Amapá	8,83	5,43	6,44	2,88	6,29	2,69	6,48	6,07	0,96	1,51	6,66	1,88	17,80	18,54	4,58	2,96	58,05	41,95		
Tocantins	5,02	4,60	6,32	7,72	7,12	3,64	8,20	6,21	2,28	1,37	6,55	2,25	18,17	13,07	4,33	3,14	57,99	42,01		
Região Nordeste	5,79	5,32	5,84	5,10	7,03	4,37	7,81	6,11	1,38	1,50	5,79	1,67	21,41	15,81	2,88	2,33	57,81	42,19		
Maranhão	6,38	6,16	6,96	6,51	8,24	4,63	7,16	5,66	1,62	1,58	6,28	1,87	17,49	14,80	2,63	2,03	56,76	43,24		
Piauí	6,35	5,97	5,77	4,89	6,18	5,34	6,98	5,57	1,45	1,53	4,76	1,46	22,53	16,36	2,81	2,06	56,83	43,17		
Ceará	5,59	5,86	5,53	5,07	6,01	3,82	8,44	6,82	1,36	1,19	5,81	1,62	21,96	15,83	2,93	2,16	57,63	42,37		
Rio G. do Norte	5,55	4,72	5,74	4,73	6,11	4,04	7,58	6,64	1,20	1,53	5,44	1,93	22,59	16,41	3,06	2,75	57,25	42,75		
Paraíba	5,72	4,93	5,14	4,60	6,99	4,56	7,90	6,86	1,48	1,86	5,81	1,70	21,99	14,79	3,08	2,61	58,09	41,91		
Pernambuco	5,42	4,77	5,57	5,43	7,13	4,81	7,71	5,82	1,32	1,15	5,57	1,90	22,26	15,49	3,01	2,65	57,98	42,02		
Alagoas	5,96	4,97	5,34	4,58	7,29	3,73	9,08	6,27	1,20	1,46	6,52	1,44	22,28	15,75	3,17	2,00	59,79	40,21		
Sergipe	5,54	5,35	5,94	3,84	8,77	3,60	8,47	5,61	1,35	1,64	5,81	1,36	21,13	16,72	2,45	2,41	59,47	40,53		
Bahia	5,56	5,15	6,54	6,21	6,58	4,83	6,95	5,71	1,46	1,52	6,14	1,71	20,47	16,10	2,78	2,30	56,48	43,52		
Região Sudeste	4,16	3,90	4,79	4,48	8,06	5,26	6,29	4,96	1,51	1,30	6,77	2,34	23,91	17,18	2,85	2,23	58,35	41,65		
Minas Gerais	3,66	3,47	4,84	4,97	7,04	4,88	5,95	5,15	1,53	1,51	5,86	2,11	24,65	18,86	3,05	2,46	56,59	43,41		
Espírito Santo	3,62	3,26	4,54	3,89	8,31	5,10	6,82	5,25	1,91	1,45	8,35	2,81	23,33	15,57	3,36	2,40	60,25	39,75		
Rio de Janeiro	5,27	5,15	4,98	4,68	8,18	5,76	6,07	4,76	1,01	1,07	6,15	2,23	23,67	16,60	2,47	1,95	57,80	42,20		
São Paulo	4,09	3,71	4,81	4,39	8,72	5,30	6,33	4,67	1,59	1,18	6,72	2,21	24,00	17,69	2,50	2,10	58,76	41,24		
Região Sul	3,48	2,96	5,31	4,89	7,68	4,63	6,48	4,78	1,58	1,42	7,85	2,19	23,46	17,54	3,16	2,59	59,00	41,00		
Paraná	3,97	3,18	5,29	4,64	9,42	4,93	7,29	4,99	1,52	1,27	7,28	2,10	21,91	16,34	3,26	2,62	59,93	40,07		
Santa Catarina	3,44	2,90	5,78	5,52	6,76	4,25	6,73	4,35	1,75	1,67	8,14	2,29	23,42	17,48	3,00	2,54	59,01	40,99		
Rio G. do Sul	3,02	2,81	4,87	4,51	6,87	4,71	5,42	5,01	1,46	1,31	8,13	2,19	25,06	18,80	3,21	2,60	58,06	41,94		
R. Centro-Oeste	3,73	2,89	6,27	4,94	8,45	4,22	8,39	5,20	1,77	1,35	6,29	1,85	21,50	17,29	3,13	2,76	59,52	40,49		
Mato G. do Sul	4,05	2,73	6,64	4,57	9,27	3,62	7,90	4,94	1,34	1,02	6,89	2,07	21,37	17,44	3,57	2,58	61,02	38,98		
Mato Grosso	4,38	3,57	6,99	5,17	8,11	3,58	9,64	5,42	1,98	1,93	7,01	1,64	19,29	15,96	3,18	2,16	60,58	39,42		
Goiás	3,15	2,44	6,56	6,06	7,58	4,83	7,13	5,60	1,76	1,58	5,83	1,87	21,75	17,20	3,42	3,26	57,18	42,82		
Distrito Federal	3,32	2,80	4,87	3,97	8,84	4,86	8,87	4,85	2,00	0,85	5,41	1,80	23,60	18,55	2,36	3,03	59,28	40,72		

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Entre as pessoas acima de 60 anos de idade, nota-se o predomínio das mulheres na incidência das deficiências (28% contra 21%), o que vem refletir a maior sobrevivência das mulheres neste grupo etário (ver tabela 7).

TABELA 7

Proporção de cada deficiência no total das deficiências segundo sexo e faixa etária – 1991

Faixa etária	Tipo de deficiência																	
	Cegueira		Surdez		Hemiplegia		Paraplegia		Tetraplegia		Falta de membros		Deficiência mental		Mais de uma		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0-1	1,35	1,22	0,41	0,34	0,22	0,31	0,52	0,50	0,75	1,01	0,46	1,28	0,54	0,54	0,60	0,91	0,54	0,63
2-4	2,11	2,08	2,79	2,67	0,89	0,88	1,94	2,10	4,23	3,73	0,96	1,92	1,64	1,83	3,93	2,90	1,82	2,01
5-9	3,43	3,24	7,98	7,77	2,14	2,28	3,60	4,00	9,87	10,17	1,77	3,70	7,08	6,49	8,06	8,19	5,33	5,59
10-14	3,99	3,14	9,06	8,36	3,88	3,90	6,88	5,92	11,91	9,11	2,51	3,81	11,72	10,81	10,15	9,63	8,14	7,88
15-17	2,14	1,72	5,22	5,08	3,48	3,42	5,35	4,94	7,14	4,45	2,24	3,04	7,32	6,59	6,65	5,30	5,36	5,04
18-24	6,65	4,98	11,08	10,01	7,37	7,02	12,23	10,02	11,76	9,36	7,36	6,80	16,83	15,03	13,35	12,22	12,32	11,13
25-29	4,94	3,50	5,20	4,62	5,82	5,44	8,87	7,23	6,74	5,12	7,47	5,87	11,21	9,92	7,30	6,32	8,44	7,24
30-39	9,75	7,08	9,37	9,25	11,82	10,40	14,67	11,46	9,31	9,38	16,85	11,97	17,50	16,18	12,10	10,94	14,50	12,47
40-49	10,85	7,80	9,48	9,01	13,33	12,19	11,89	8,31	6,72	7,20	17,82	12,22	11,50	11,92	8,61	8,66	12,00	10,42
50-59	12,03	10,81	8,63	9,30	17,22	14,96	10,81	8,91	7,31	7,05	16,82	14,40	7,41	8,86	8,85	7,24	10,73	9,94
> 60	42,76	54,43	30,78	33,59	33,83	39,20	23,24	36,61	24,26	33,42	25,74	34,99	7,25	11,83	20,40	27,69	20,82	27,65
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

2.4 POR IDADE

A existência de menos de 1% de pessoas com deficiência até a idade de um ano³ indica a possibilidade de ocorrência de quatro fatores:

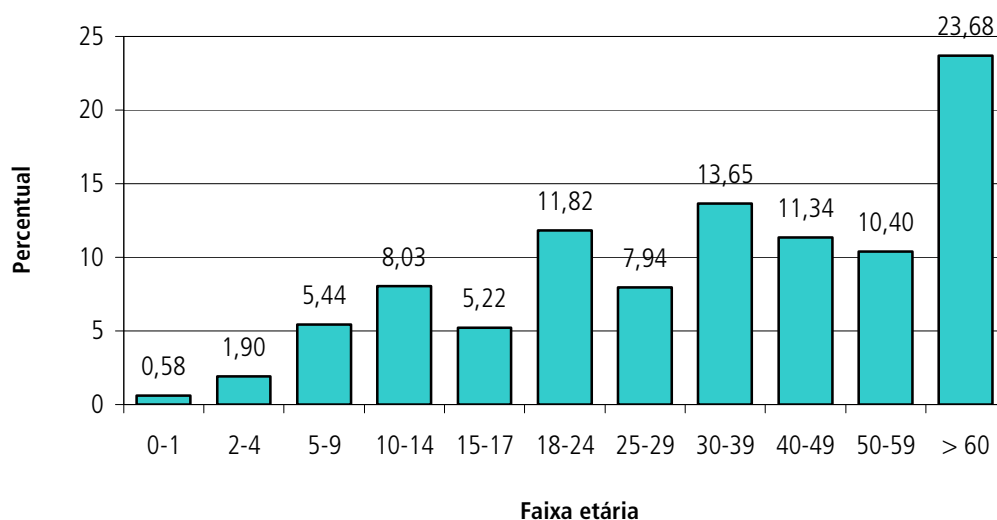
- elevada proporção de mortes em crianças com deficiências de origem congênita;
- poucos nascimentos com deficiências de origem congênita que resultam em diagnóstico até o primeiro ano de vida;
- existência de deficiências com manifestação tardia (após um ano de idade); e
- aquisição de deficiências ser crescente com a idade, resultado de enfermidades, acidentes, etc.

Entre as pessoas com deficiência, apenas 7,92% têm até dez anos de idade, o equivalente a quase 1/3 do que este grupo etário representa na população total, o que reforça a idéia de que as deficiências se incrementam com a idade, podendo os fatores externos ter participação decisiva (ver tabela 13).

Cerca de 1/4 das deficiências se concentra no grupo etário de 60 anos ou mais em razão do acúmulo de eventos que ocorrem ao longo da vida, além das doenças incapacitantes próprias da velhice (ver gráfico 4). Entre os cegos, quase metade está neste grupo etário e, entre os surdos, cerca de 1/3. Os paraplégicos, hemiplégicos e deficientes mentais seguem essa tendência crescente, mas têm nas idades de 10 a 14 anos, 18 a 24 anos e 30 a 39 anos pontos de maior incidência (ver tabela 7).

3. Na população geral, 4,4% das pessoas têm entre zero e um ano de idade.

GRÁFICO 4

Distribuição das deficiências por faixa etária, Brasil – 1991

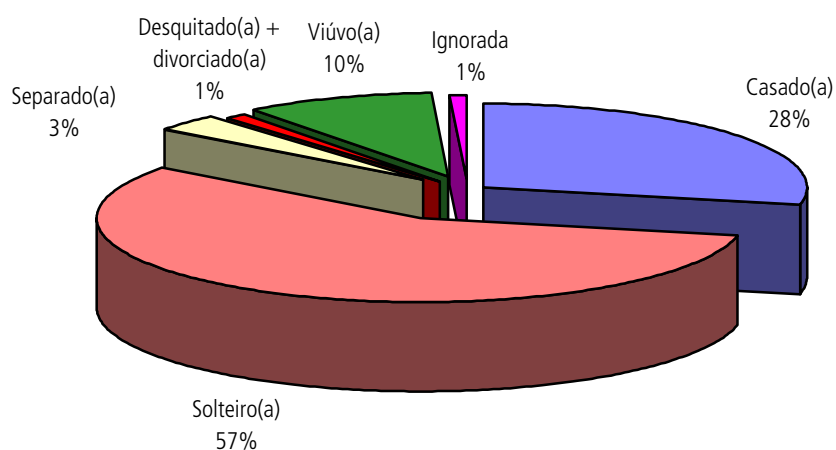
Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

3 SITUAÇÃO CONJUGAL

Na população portadora de deficiência com mais de dez anos, predominam os solteiros (60%), seguidos pelos casados (28,4%) e viúvos (9,5%) (ver gráfico 5).

GRÁFICO 5

Distribuição das pessoas com deficiência por situação conjugal, Brasil – 1991

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

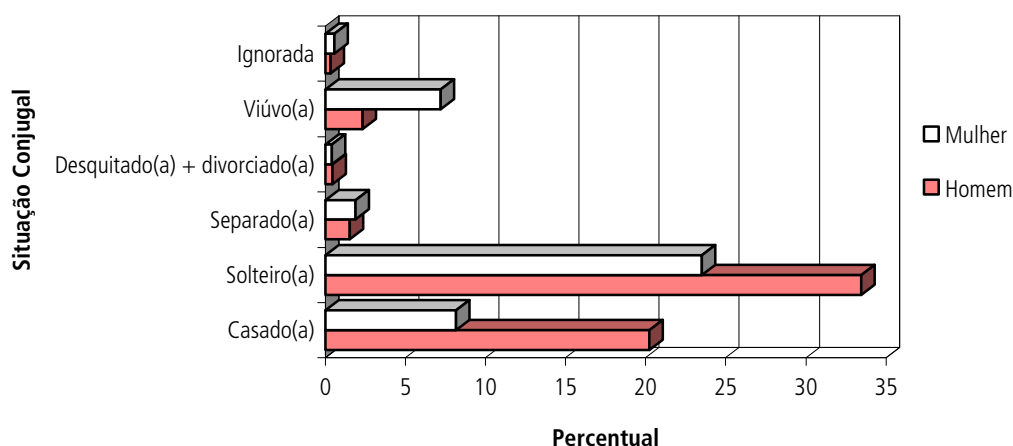
Elaboração: Ipea.

Obs.: Não foram consideradas as pessoas menores de dez anos.

Quando se analisa a situação conjugal por sexo, os homens são maioria nas condições de solteiros e casados, enquanto as mulheres constituem a maior parte na condição de viúvas e separadas (ver gráfico 6).

GRÁFICO 6

Distribuição das pessoas com deficiência por sexo e situação conjugal, Brasil – 1991



Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Não foram consideradas as pessoas menores de dez anos. A soma das barras horizontais totaliza 100%.

4 EDUCAÇÃO

4.1 ALFABETIZAÇÃO

É de quase 60% o percentual dos não alfabetizados, predominando nesta condição as mulheres (ver tabela 8). Entretanto, como é maior o número de homens deficientes, é também maior o contingente de não alfabetizados do sexo masculino (ver gráfico 7).

TABELA 8

Proporção de pessoas com deficiência segundo condição de alfabetização e sexo – 1991

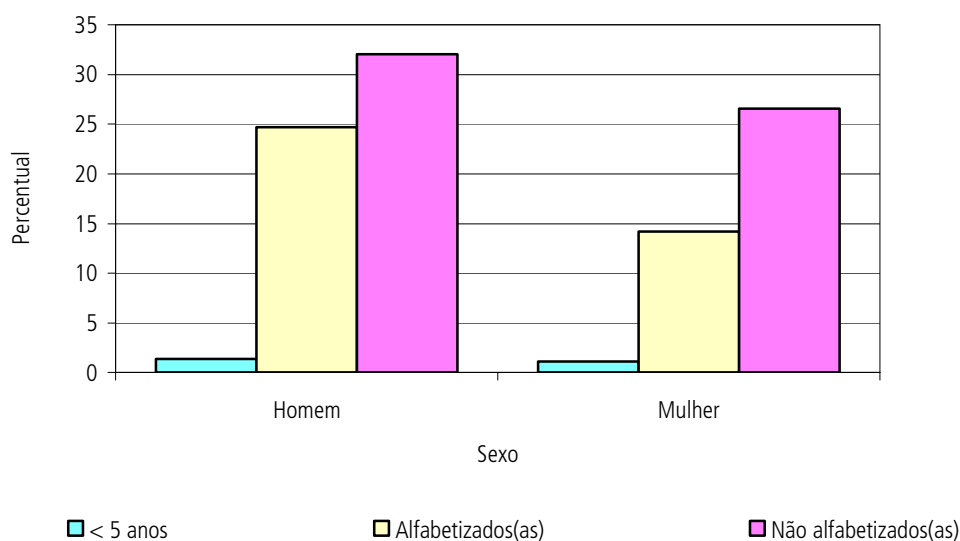
(Em %)

Condição de alfabetização	Homens	Mulheres	Total
< 5 anos de idade	2,37	2,63	2,48
Alfabetizados(as)	42,49	33,95	38,91
Não alfabetizados(as)	55,14	63,42	58,61
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 7

Pessoas com deficiência segundo condição de alfabetização e sexo, Brasil – 1991

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

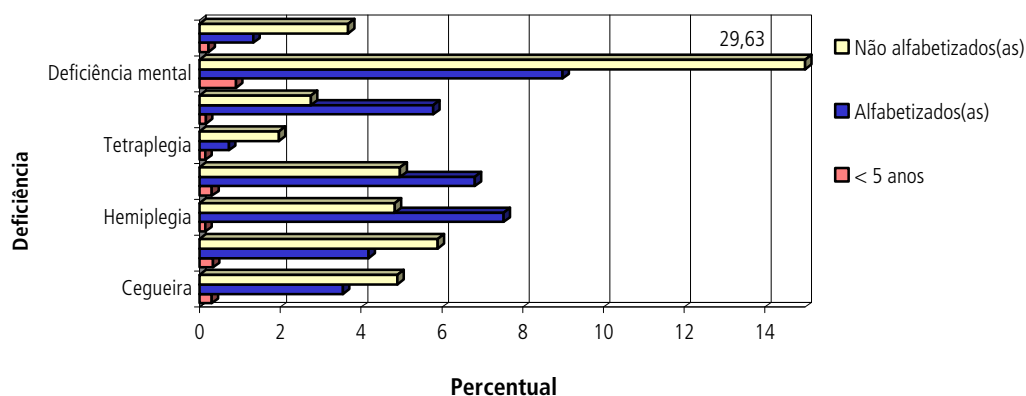
Obs.: Totaliza 100% a soma das barras verticais.

Entre as nove categorias de deficiência consideradas, os hemiplégicos, os paraplégicos e os que apresentam falta de membros correspondem àquelas com maior proporção de alfabetização. Nas outras deficiências, predomina a condição de não alfabetizado (ver gráfico 8).

GRÁFICO 8

Condição de alfabetização por tipo de deficiência, Brasil – 1991

(Em %)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

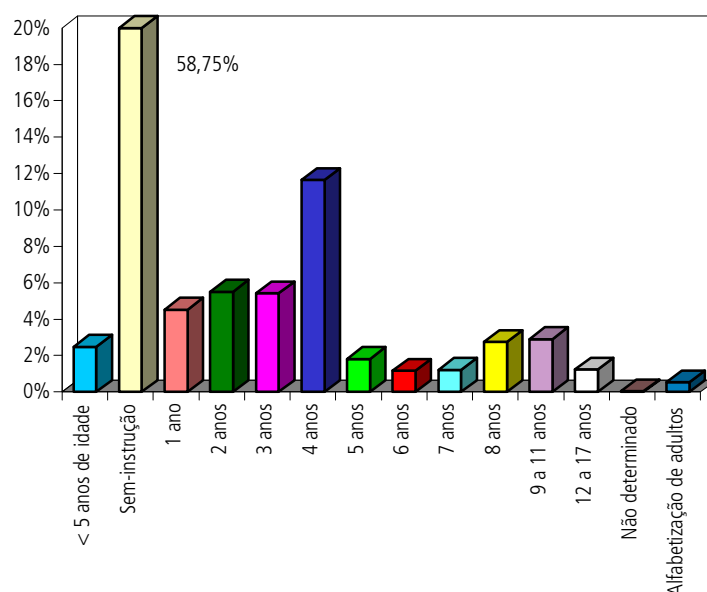
Obs.: Totaliza 100% a soma das barras horizontais.

4.2 ANOS DE ESTUDO

Cerca de 59% da população com deficiência se enquadra na categoria sem-instrução. Apenas 11,6% completaram quatro anos de estudo, e 15,5% têm entre um e três anos de estudo. A concentração de pessoas nas faixas de nove a onze anos (2,9%) e de oito anos completos (2,7%) evidencia o esforço de ultrapassar as exigências de escolaridade dos níveis regulares de ensino, assim entendidas a 4ª e a 8ª séries do Ensino Fundamental e as séries do Ensino Médio (ver gráfico 9 e tabela 9).

GRÁFICO 9

Pessoas com deficiência por anos de estudo, Brasil – 1991



Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Obs.: As barras horizontais somam 100%.

TABELA 9

Anos de estudo da população com deficiência e da população total – 1991

(Em %)

Anos de estudo	População com deficiência	População total
Sem-instrução	58,75	23,49
1 ano	4,52	5,53
2 anos	5,51	6,77
3 anos	5,42	7,58
4 anos	11,64	14,88
5 anos	1,82	4,73
6 anos	1,17	3,25
7 anos	1,22	3,10
8 anos	2,74	5,61
9 a 11 anos	2,91	9,35
12 a 17 anos	1,24	4,09
Não determinado	0,04	0,05
Alfabetização de adultos	0,53	0,31
< 5 anos de idade	2,48	11,26
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

4.2.1 Por sexo

Diferentemente da população geral, entre a população com deficiência, as mulheres cumprem menos anos de estudo que os homens, o que denota certa discriminação de gênero por parte das famílias, que pode se dever ao menor empenho para promover o desenvolvimento intelectual destas e, também, ao resguardo da sexualidade feminina por meio da manutenção das filhas deficientes em ambiente doméstico (ver tabela 10).

TABELA 10

Anos de estudo da população com deficiência e da população total por sexo – 1991

(Em %)

Anos de estudo	População com deficiência		População total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem-instrução	55,22	63,66	23,96	22,99
1 ano	4,85	4,06	5,81	5,25
2 anos	5,95	4,90	6,89	6,66
3 anos	5,86	4,83	7,45	7,70
4 anos	12,70	10,18	14,71	15,05
5 anos	2,10	1,43	4,72	4,74
6 anos	1,31	0,98	3,18	3,32
7 anos	1,40	0,98	3,04	3,16
8 anos	3,11	2,22	5,57	5,65
9 a 11 anos	3,13	2,60	8,59	10,11
12 a 17 anos	1,42	0,98	4,11	4,09
Não determinado	0,04	0,02	0,04	0,06
Alfabetização de adultos	0,54	0,53	0,34	0,28
< 5 anos de idade	2,37	2,63	11,59	10,94
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

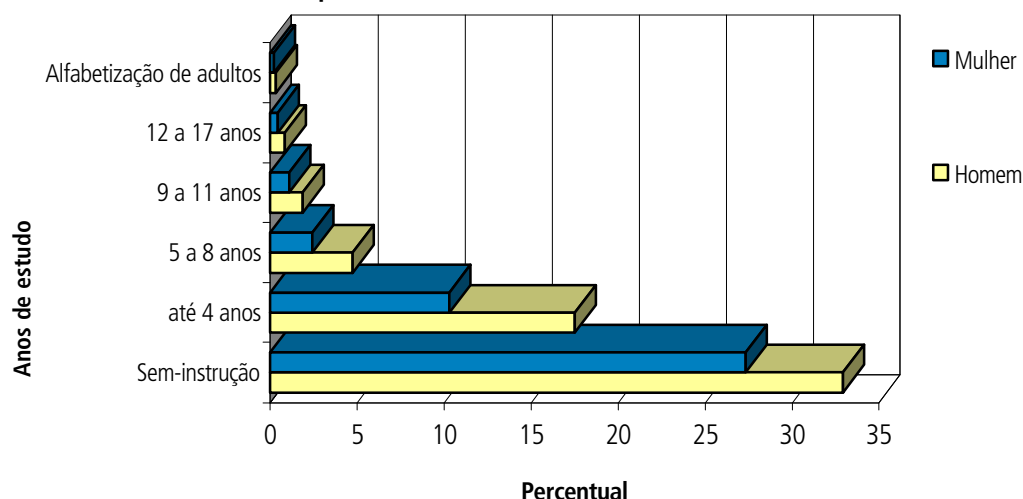
Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Observe-se que, como há mais homens deficientes que mulheres, a predominância masculina se dá em todas as faixas de anos de estudo, até mesmo na categoria sem-instrução (ver gráfico 10).

GRÁFICO 10

Pessoas com deficiência por sexo e anos de estudo, Brasil – 1991



Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Não foram considerados os menores de cinco anos e os que tiveram tempo de estudo não determinado. As barras horizontais somam 100%.

4.2.2 Por tipo de deficiência

Os que apresentam melhores níveis educacionais, representados por aqueles que cumpriram de nove a dezessete anos de estudo, são os que apresentam deficiências motoras: 8,3% dos hemiplégicos, 9,4% dos paraplégicos e 9,1% dos que apresentam falta de membros estão nesta situação. Entre os deficientes sensoriais, 6,2% dos deficientes visuais e 4,1% dos deficientes auditivos cumpriram entre nove a dezessete anos de estudo (tabela 11).

TABELA 11

Anos de estudo da população com deficiência por tipo de deficiência – 1991

(Em %)

Anos de estudo	Tipo de deficiência								
	Cegueira	Surdez	Hemiplegia	Paraplegia	Tetraplegia	Falta de membros	Deficiência mental	Mais de uma	Total
Sem-instrução	55,87	59,73	38,56	42,15	69,99	31,98	74,12	70,74	58,76
1 ano	4,02	4,99	5,49	4,72	2,07	5,41	4,28	3,34	4,52
2 anos	5,36	5,72	7,75	6,44	3,36	7,87	4,36	3,83	5,51
3 anos	4,96	5,63	8,30	7,19	3,65	8,93	3,60	3,69	5,42
4 anos	12,46	10,50	18,99	15,50	8,63	21,33	6,89	7,40	11,64
5 anos	1,68	1,42	2,56	3,05	0,77	3,22	1,23	0,96	1,82
6 anos	1,14	0,85	1,83	2,02	0,57	2,06	0,72	0,62	1,17
7 anos	1,24	0,95	1,83	2,06	0,61	2,30	0,73	0,67	1,22
8 anos	3,12	2,26	4,45	4,38	1,73	5,19	1,41	1,67	2,74
9 a 11 anos	3,88	2,89	5,93	6,61	2,25	6,47	-	1,87	2,91
12 a 17 anos	2,27	1,24	2,34	2,75	1,15	2,60	-	0,58	1,24
Não determinado	0,03	0,06	0,03	0,04	-	0,04	0,03	0,03	0,04
Alfabetização de adultos	0,59	0,65	0,79	0,57	0,36	0,76	0,37	0,39	0,53
< 5 anos de idade	3,38	3,11	1,15	2,52	4,86	1,84	2,26	4,21	2,48
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

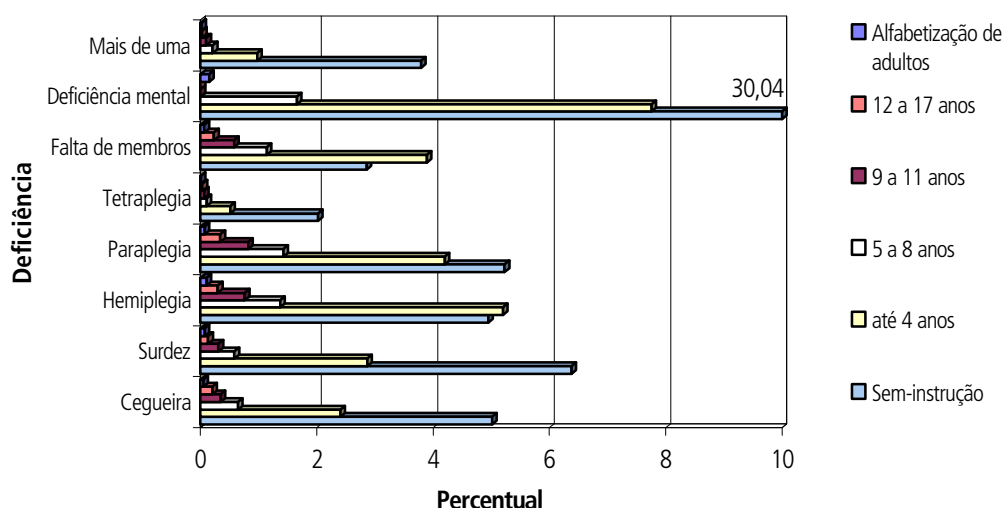
Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

No conjunto dos portadores de deficiência, o maior número de sem-instrução ou com baixa escolaridade (até quatro anos e de cinco a oito anos de estudo) corresponde aos portadores de deficiência mental. Entre as pessoas com maior escolaridade, é maior a proporção de portadores de deficiências motoras (ver gráfico 11).

GRÁFICO 11

Anos de estudo por tipo de deficiência, Brasil – 1991



Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Não foram considerados os menores de cinco anos e os que tiveram tempo de estudo não determinado. A soma de todas as barras horizontais é 100%.

4.3 FREQUÊNCIA À ESCOLA

A frequência à pré-escola entre a população deficiente de 7 a 14 anos é de 0,24% entre os homens e de 0,17% entre as mulheres. No conjunto da população geral, que engloba deficientes e não deficientes, ao contrário do que se poderia esperar, também há pessoas nesta faixa etária frequentando a pré-escola, o que corresponde a 0,22% para os homens e 0,19% para as mulheres, quase o mesmo percentual de frequência à pré-escola das pessoas deficientes. Isso indica sério problema de aprendizagem com origem ou no sistema educacional, ou de aptidão escolar das pessoas. Relacionado ao segundo caso está a existência de 319 mil meninos e 273 mil meninas com probabilidade de apresentar distúrbios de aprendizagem ou outra dificuldade, o que demonstra que as pessoas com dificuldades de aprendizagem não estão sendo captadas pelo Censo como portadoras de alguma deficiência. Se a metodologia de apuração as incluísse, o percentual de pessoas com deficiências (ou distúrbios importantes) elevar-se-ia em 35,5%.⁴ Se considerarmos a faixa etária de 10 a 14 anos, esses números diminuem, mas o problema persiste, havendo distorção idade – série para 62 mil jovens, sendo 36 mil homens e 26 mil mulheres, o que corresponde ao percentual de subnumeração da deficiência no Censo de 3,7% (ver tabela 12).

TABELA 12

Proporção de frequência à escola da população com deficiência e da população total segundo sexo e faixas etária – 1991

(Em %)

Faixa etária	Frequência à escola			
	População com deficiência		População total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Não frequentam	3,40	2,29	10,67	11,27
Frequentam pré-escola	0,36	0,27	0,85	0,81
2-6 anos	0,12	0,11	0,63	0,62
7-14 anos	0,24	0,17	0,22	0,19
10-14 anos	0,08	0,05	0,03	0,02
Frequentam outros níveis				
0-1 anos	0,32	0,26	2,22	2,14
2-6 anos	1,90	1,49	5,00	4,82
7-14 anos	4,76	3,42	2,08	1,80
15-19 anos	4,28	2,86	2,88	2,63
20-24 anos	4,74	3,10	3,96	3,92
25-29 anos	4,79	2,95	3,99	4,16
30-39 anos	8,35	5,18	6,68	7,00
40-49 anos	6,94	4,34	4,63	4,83
50-59 anos	6,22	4,15	3,08	3,31
> 60 anos	12,08	11,55	3,33	3,93
Total parcial 1	54,38	39,30	37,85	38,55
Total parcial 2	58,14	41,86	49,37	50,63
Total		100,00		100,00

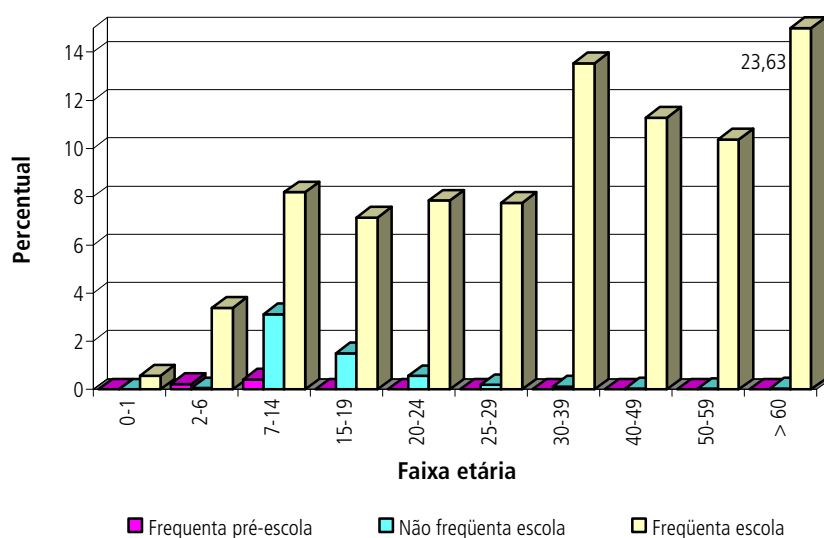
Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Em relação à população total, as pessoas com deficiência têm maior frequência à escola, iniciam seus estudos tardiamente e permanecem na escola por mais tempo. Dos que frequentam a escola, 23% têm mais de 60 anos (ver tabela 12 e gráfico 12). São os homens os que mais frequentam escola, repetindo a preferência familiar no atendimento escolar aos homens (ver tabela 12 e gráfico 13).

4. PñD(7-14) FPE = População não portadora de deficiência, de 7 a 14 anos, frequentando a pré-escola = 591.739; PPD = População portadora de deficiência = 1.667.783; PñD(7-14) FPE / PPD = 35,48%.

GRÁFICO 12

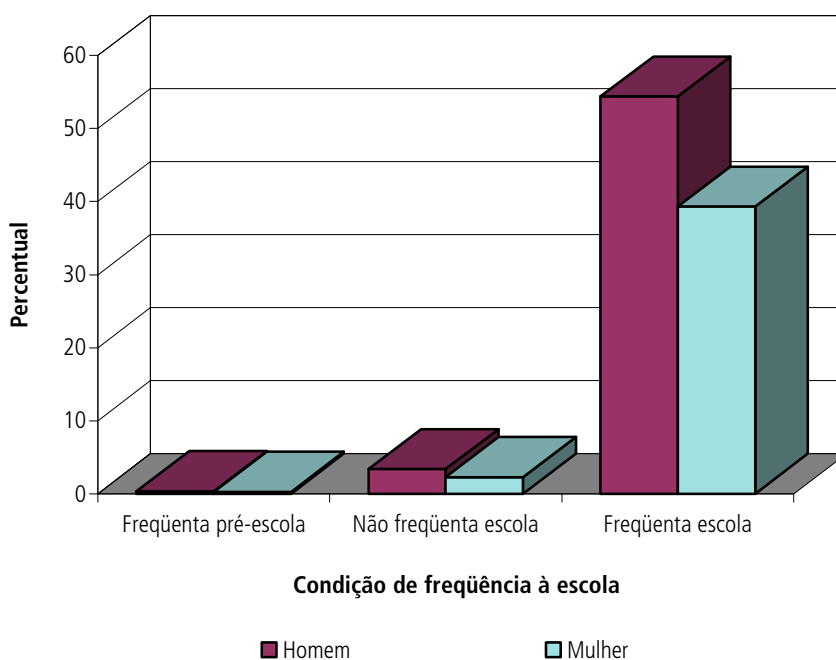
Frequência à escola das pessoas com deficiência por faixa etária, Brasil – 1991

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Obs.: A soma de todas as barras verticais é 100%.

GRÁFICO 13

Pessoas com deficiência por condição de frequência à escola e por sexo, Brasil – 1991

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Obs.: A soma de todas as barras verticais é 100%.

5 TRABALHO

5.1 ACESSO AO TRABALHO

Pelos critérios do Censo Demográfico, a condição de participação no mercado de trabalho é avaliada a partir da idade de dez anos. Para as pessoas com idade superior a dez anos, perguntou-se se haviam trabalhado nos doze meses anteriores à data do Censo (agosto de 1991).⁵ Destas, 85% não trabalharam. Entre as que trabalharam, 95% o fizeram de maneira habitual e apenas 5% trabalharam eventualmente. O trabalho habitual corresponde a 13,4% das pessoas com deficiência, enquanto na população total ele representa 36,8% (ver tabela 13).

TABELA 13

Participação da população com deficiência e da população total no mercado de trabalho – 1991

(Em %)

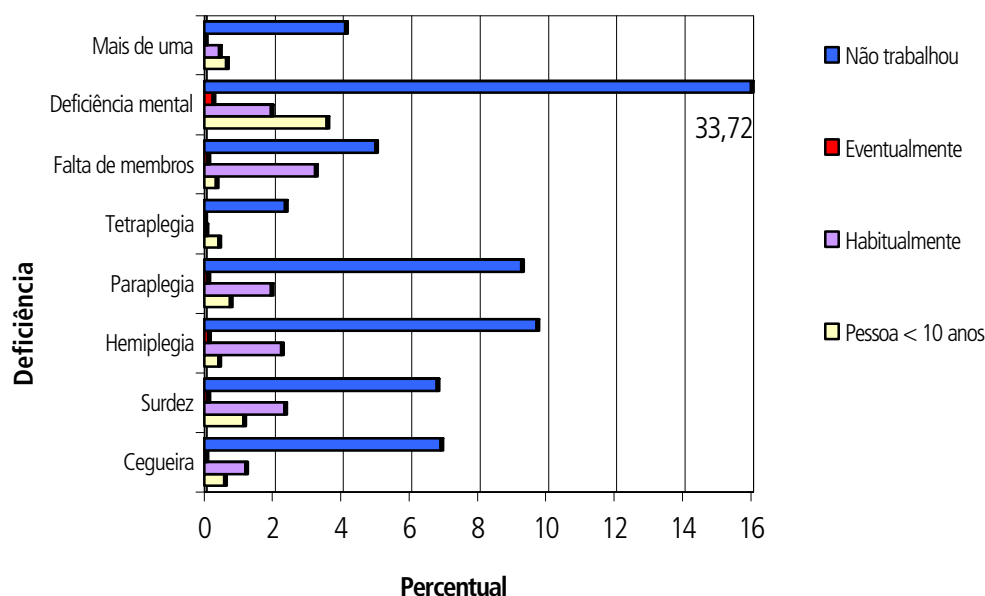
Participação no mercado de trabalho	Pop. com deficiência	PCD acima de 10 anos	População total
Trabalhou nos últimos 12 meses			
Habitualmente	13,44	14,59	36,82
Eventualmente	0,73	0,79	0,85
Não trabalhou	77,92	84,62	39,21
< 10 anos de idade	7,92	-	23,13
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 14

Participação no mercado de trabalho por tipo de deficiência, Brasil – 1991



Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

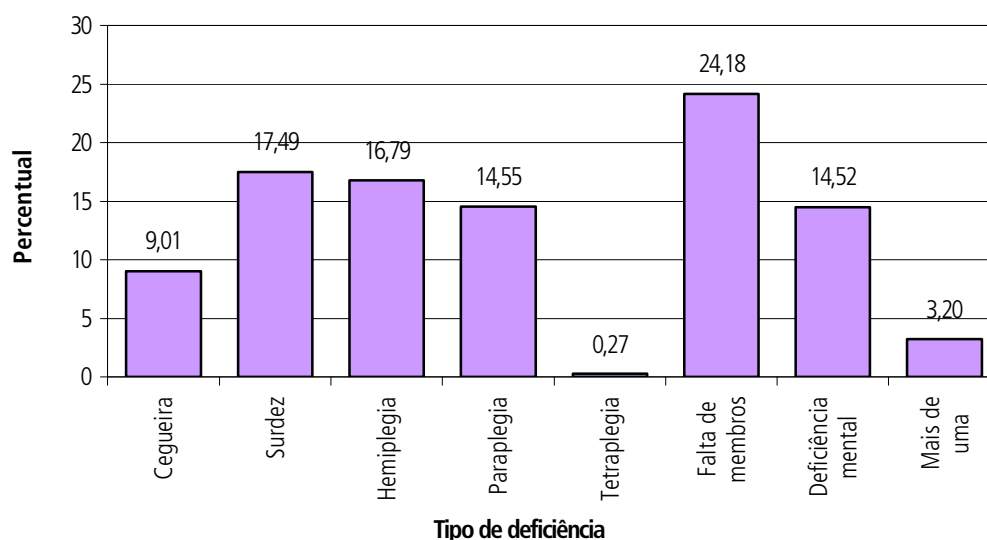
Obs.: Totaliza 100% a soma de todas as barras horizontais.

5. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 60, é proibido qualquer trabalho para menores de catorze anos, salvo na condição de aprendiz. Na faixa etária até os catorze anos, estão 16% das pessoas portadoras de deficiência.

Entre aqueles que trabalharam habitualmente, predominam os que tinham falta de membros, seguidos pelos deficientes auditivos, hemiplégicos, paraplégicos, deficientes mentais, deficientes visuais, com mais de uma deficiência e tetraplégicos (ver gráficos 14 e 15).

GRÁFICO 15

Pessoas com deficiência que trabalharam habitualmente por tipo de deficiência, Brasil – 1991



Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

5.2 RENDIMENTOS

Os rendimentos aqui considerados são aqueles provenientes do trabalho, de aposentadorias ou pensões e de outras fontes, assim entendidos aluguéis, arrendamentos, doações, emprego de capital, etc. Auferiram rendimentos 45% das pessoas consideradas. Dos que tiveram rendimentos, 63% se situam na faixa entre 1/4 e 1 salário-mínimo, como se pode ver na tabela 14.

TABELA 14

Distribuição dos rendimentos das pessoas com deficiência e da população total segundo faixas de rendimento – 1991

(Em %)

Faixas de rendimento (em SM)	Pessoas com deficiência que auferiram rendimentos	Total das pessoas
Até ¼	3,51	1,57
De ¼ a ½	30,65	13,75
De ½ a 1	31,93	14,32
De 1 a 2	18,56	8,33
De 2 a 5	10,22	4,58
De 5 a 10	3,17	1,42
De 10 a 20	1,32	0,59
+ de 20	0,63	0,28
Com rendimentos	100,00	44,85
Sem rendimentos	-	46,63
Sem declaração	-	0,60
<10 anos de idade	-	7,92
Total	-	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Tendo em vista a distribuição dos rendimentos entre os tipos de deficiência, nota-se a maior concentração nas faixas de 1/4 a 1 salário-mínimo, seguida pelas de 1 SM a 2 SM e de 2 SM a 5 SM (ver tabela 14). Nas faixas de remuneração superiores a 2 salários-mínimos, predominam os detentores de deficiências motoras (ver tabela 15).

TABELA 15

Distribuição dos rendimentos das pessoas com deficiência que auferiram rendimentos, segundo tipo de deficiência e faixa de rendimentos – 1991

(Em %)

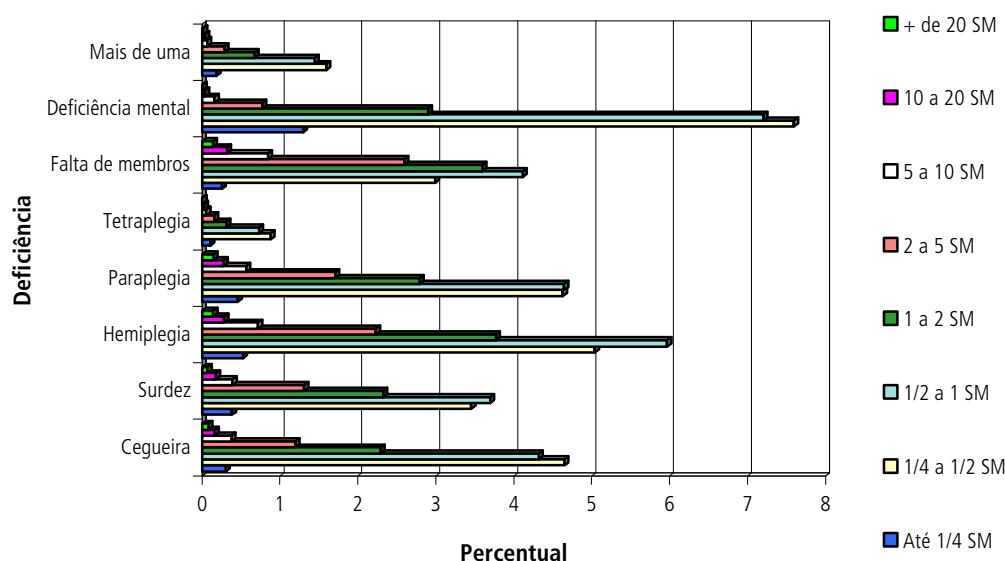
Tipo de deficiência	Faixas de rendimento (em SM)								Total
	até ¼	¼ a ½	½ a 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	+ de 20	
Cegueira	2,28	34,72	32,26	17,14	8,95	2,82	1,21	0,63	100,00
Surdez	3,35	29,26	31,29	19,67	11,10	3,32	1,51	0,60	100,00
Hemiplegia	2,84	26,95	31,92	20,17	11,94	3,86	1,54	0,78	100,00
Paraplegia	3,00	30,38	30,49	18,34	11,23	3,75	1,82	0,98	100,00
Tetraplegia	4,89	38,53	32,02	13,83	6,83	2,42	1,16	0,33	100,00
F. membros	1,72	20,13	27,68	24,16	17,47	5,69	2,16	0,97	100,00
Defic. mental	6,5	37,99	36,03	14,52	3,89	0,81	0,20	0,07	100,00
Mais de uma	4,35	36,95	33,53	15,61	6,77	1,52	0,90	0,37	100,00
Total	3,51	30,65	31,93	18,56	10,22	3,17	1,32	0,63	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 16

Distribuição dos rendimentos por tipo de deficiência, Brasil – 1991



Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Totaliza 100% a soma de todas as barras horizontais.

A distribuição salarial entre os gêneros mostra que, dos que têm rendimentos, 66,5% são homens e 33,5% são mulheres. Entre as mulheres, a maior concentração dos rendimentos está na faixa de 1/4 a 1/2 salário-mínimo (39,2%), enquanto que para os homens, predominam os rendimentos na faixa de 1/2 a 1 salário-mínimo (31,5%) (ver tabela 16 e gráfico 17).

TABELA 16

Distribuição dos rendimentos das pessoas com deficiência que auferiram rendimentos, por sexo e faixa de rendimento – 1991

(Em %)

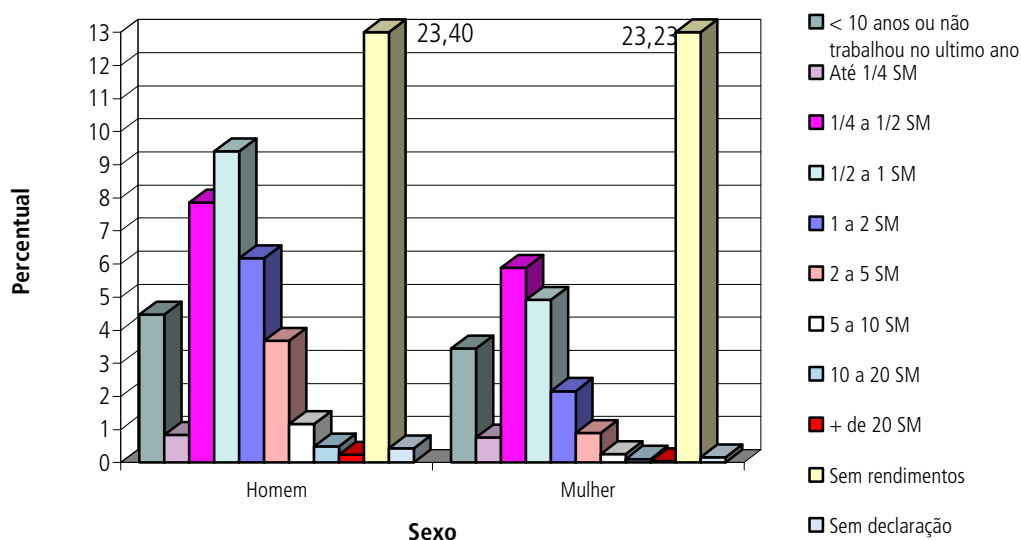
Faixas de rendimento (em SM)	Homens	Mulheres
Até ¼	2,77	4,97
De ¼ a ½	26,34	39,22
De ½ a 1	31,53	32,73
De 1 a 2	20,67	14,38
De 2 a 5	12,34	6,00
De 5 a 10	3,94	1,66
De 10 a 20	1,62	0,72
+ de 20	0,79	0,31
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 17

Distribuição dos rendimentos do conjunto das deficiências por sexo, Brasil – 1991



Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

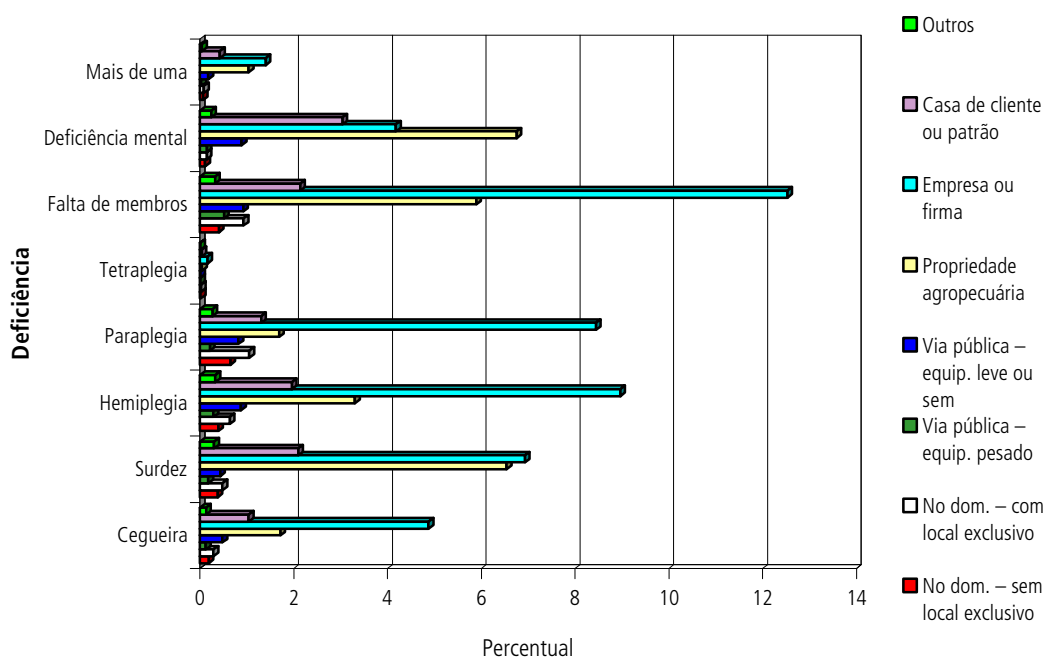
Obs.: É de 100% a soma de todas as barras verticais.

5.3 LOCAL DE TRABALHO

As pessoas com deficiência engajadas no mercado de trabalho (acima de dez anos e que trabalharam no último ano) situam-se em maior proporção em empresas ou firmas (47%), nas propriedades agropecuárias (27%) e em casas de clientes ou patrões (12%), sendo o trabalho no domicílio não tão significativo (exceto para os paraplégicos, 11,8%).

Encontram maior inserção nas empresas ou firmas os que têm falta de membros, seguidos pelos hemiplégicos, paraplégicos, deficientes auditivos e deficientes visuais. As propriedades agropecuárias absorvem mais os deficientes mentais, seguidos pelos deficientes auditivos e pelos que apresentam falta de membros. O trabalho em vias públicas mostra-se pouco significativo para todos os tipos de deficiências, sendo maior apenas para os que têm falta de membros (6,1%) (ver gráfico 18).

GRÁFICO 18

Local de trabalho por tipo de deficiência, Brasil – 1991

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados

Elaboração: Ipea.

Obs.: Não foram considerados os menores de dez anos e os que não trabalharam no último ano. A soma das barras horizontais totaliza 100%.

5.4 SETOR DE ATIVIDADE

Os setores agropecuário, de extração vegetal e pesca são os que concentram o maior percentual de trabalhadores com deficiência e nos quais predominam os deficientes auditivos, os deficientes mentais e os que têm falta de membros. Outros três setores absorvedores de mão-de-obra deficiente são: prestação de outros serviços, indústria de transformação e comércio de mercadorias (ver tabela 17 e gráfico 19).

TABELA 17

Participação das pessoas com deficiência que trabalharam no último ano segundo setores de atividade econômica – 1991

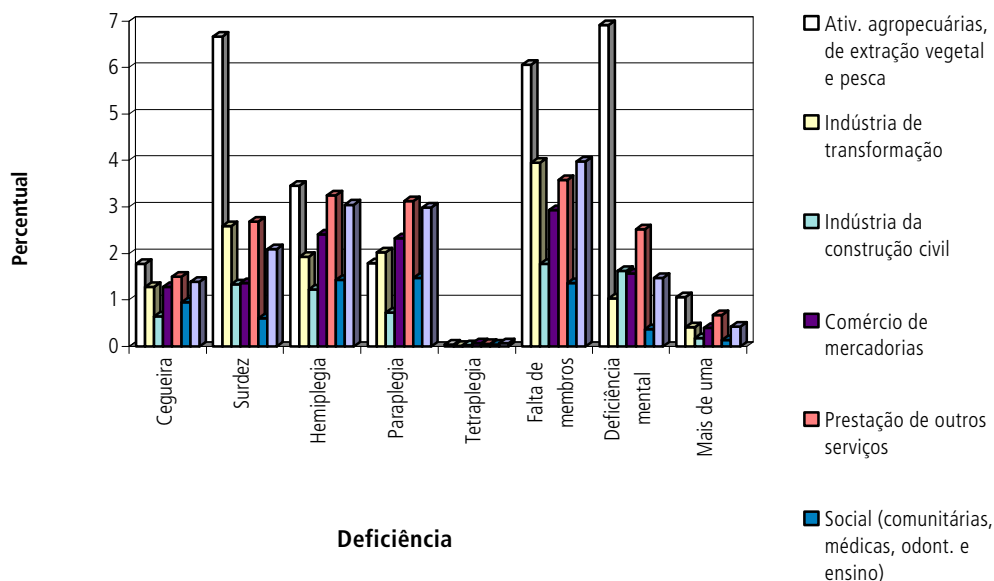
(Em %)

Setores de atividade	Pessoas com deficiência
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	27,75
Indústria de transformação	13,23
Indústria da construção civil	7,54
Outras atividades industriais	2,31
Comércio de mercadorias	12,33
Transporte e comunicação	3,76
Serviços auxiliares da atividade econômica	3,12
Prestação de outros serviços	17,35
Social (comunitárias, médicas, odontológicas e ensino)	6,34
Administração pública	4,10
Outras atividades não comprovadas, mal definidas ou não declaradas	2,17
Total	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 19

Setor de atividade por tipo de deficiência, Brasil – 1991

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Obs.: A categoria "Outras" engloba: Outras atividades industriais; Transporte e comunicação; Serviços auxiliares da atividade econômica; Administração pública; e Outras atividades não comprovadas, mal definidas ou não declaradas. A soma das barras verticais totaliza 100%.

6 FAMÍLIA

6.1 ESPÉCIE DE FAMÍLIA

Considerando as espécies de família adotadas no Censo,⁶ as pessoas com deficiência estão inseridas em famílias nucleares (52,4%), estendidas (35,9%), compostas (4,8%) e unipessoais (6,9%). As famílias estendidas não predominam, apesar de incorporarem parentes que poderiam auxiliar nos cuidados à pessoa com necessidades especiais.

6. A pessoa de referência da família é sempre o/a chefe. Em relação a ele/ela, a família classifica-se em:

- Família nuclear: chefe com filho; chefe com filho e empregado doméstico; chefe com pai e/ou mãe; chefe com pai e/ou mãe e empregado doméstico; chefe com pai e/ou mãe e irmão; chefe com pai e/ou mãe, irmão e empregado doméstico; chefe e cônjuge; chefe e cônjuge com filho; chefe e cônjuge com empregado doméstico; chefe e cônjuge com filho e empregado doméstico.
- Família estendida: chefe e cônjuge com pai e/ou mãe de um dos cônjuges ou de ambos; chefe e cônjuge com pai e/ou mãe de um dos cônjuges ou de ambos e empregado doméstico; chefe e cônjuge com outro parente; chefe e cônjuge com outro parente e empregado doméstico; chefe e cônjuge com pai e/ou mãe de um dos cônjuges ou de ambos e outro parente; chefe e cônjuge com pai e/ou mãe de um dos cônjuges ou de ambos, outro parente e empregado doméstico; chefe e cônjuge com filho e pai e/ou mãe de um dos cônjuges ou de ambos e empregado doméstico; chefe e cônjuge com filho e outro parente; chefe e cônjuge com filho, outro parente e empregado doméstico; chefe e cônjuge com filho, pai e/ou mãe de um dos cônjuges ou de ambos e outro parente; chefe e cônjuge com filho, pai e/ou mãe de um dos cônjuges ou de ambos, outro parente e empregado doméstico; chefe com outro parente; chefe com outro parente e empregado doméstico; chefe com pai e/ou mãe e outro parente; chefe com pai e/ou mãe, outro parente e empregado doméstico; chefe com filho e outro parente; chefe com filho, outro parente e empregado doméstico; chefe com filho, pai e/ou mãe e outro parente; chefe com filho, pai e/ou mãe, outro parente e empregado doméstico.
- Família composta: é o conjunto de duas ou mais pessoas residentes em domicílio particular que apresenta em sua composição, pelo menos: um agregado ou um pensionista, ou um parente do empregado doméstico, ou dois empregados domésticos aparentados entre si.

6.2 SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

A população com deficiências concentra-se mais em áreas urbanas. Esse indicador pode significar dificuldades de captação das deficiências em áreas rurais, ou à migração rural-urbana em busca de cuidados médicos e educacionais (ver tabela 18 e gráfico 20).

TABELA 18

Distribuição da população total e da população com deficiência segundo a situação do domicílio – 1991

(Em %)

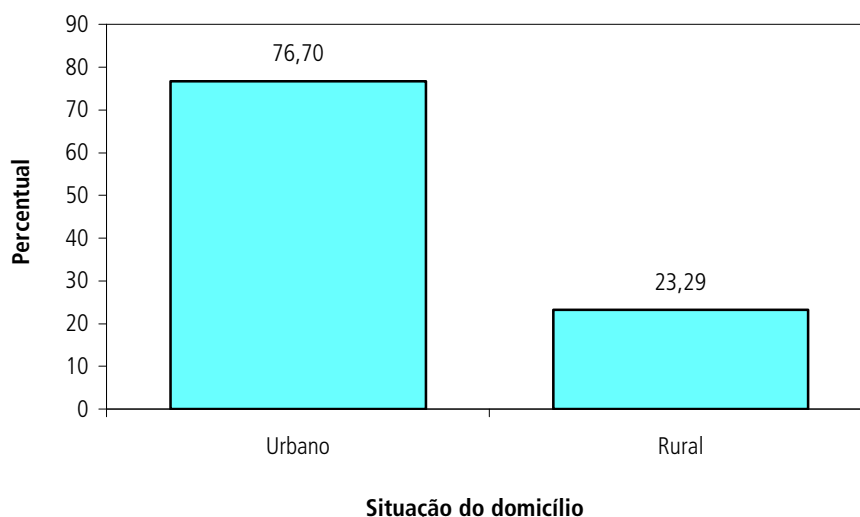
População/situação do domicílio	Distribuição
População total	100,00
Urbana	75,60
Rural	24,40
População com deficiências	100,00
Urbana	76,71
Rural	23,29

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

GRÁFICO 20

Situação do domicílio das pessoas com deficiência, Brasil – 1991

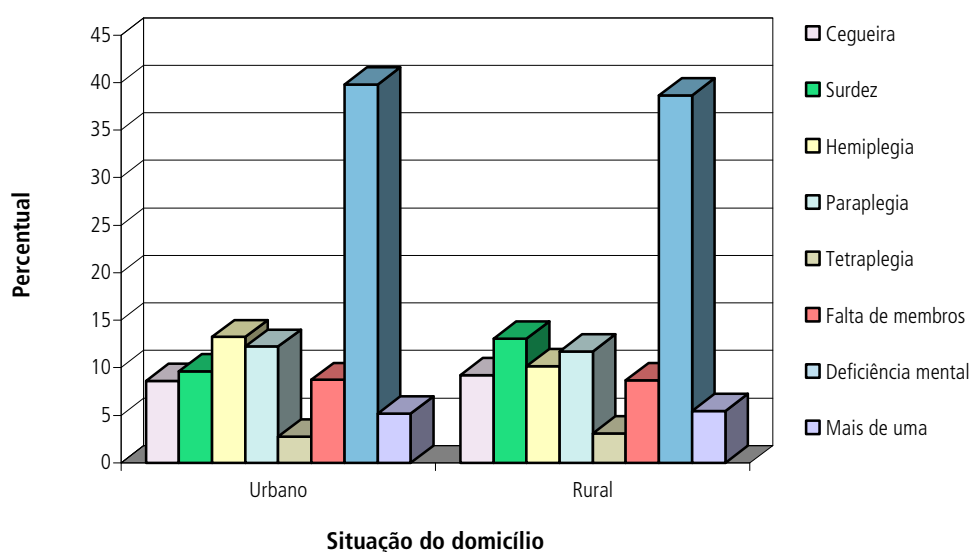


Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Observa-se que a cegueira e a surdez estão mais presentes no meio rural e que a hemiplegia e a deficiência mental predominam no urbano (ver gráfico 21).

GRÁFICO 21

Distribuição das deficiências por tipo segundo situação do domicílio, Brasil – 1991

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

6.3 LOCALIZAÇÃO E CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO

A condição de ocupação do domicílio pode ser: próprio, alugado, cedido, improvisado ou coletivo, e outras. Vivendo em domicílio próprio estão 74% dos deficientes, dos quais 89% incluem propriedade do terreno e da construção. Considera-se este um bom indicador, pois mostra que a maioria das famílias com algum componente portador de deficiência tem a tranquilidade da moradia própria.

Das categorias utilizadas para definir a localização do domicílio, são consideradas necessariamente ruins: casa em aglomerado subnormal, apartamento em aglomerado subnormal e cômodos, indicando qualidade de vida precária. A soma dessas três categorias representa apenas 4,9% dos domicílios. As outras cinco categorias utilizadas no Censo não nos permitem determinar com segurança a qualidade da habitação e, por isso, não são aqui consideradas para classificar a condição de vida das famílias (ver tabela 19).

TABELA 19

Distribuição das pessoas com deficiência segundo a localização dos domicílios – 1991

(Em %)

Localização do domicílio	Pessoas com deficiência
Domicílios improvisados ou coletivos	4,18
Casa isolada ou de condomínio	81,90
Casa em conjunto residencial popular	4,97
Casa em aglomerado subnormal	4,52
Apartamento isolado ou de condomínio	3,13
Apartamento em conjunto residencial popular	0,91
Apartamento em aglomerado subnormal	0,03
Cômodos	0,35
Total	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

6.4 SEXO E ANOS DE ESTUDO DO CHEFE DA FAMÍLIA

As famílias que têm pessoas com deficiência se estruturam ligeiramente diferente das demais. Nas primeiras, mulheres chefes de família estão na proporção de 22,7%, enquanto que nas segundas esta proporção é de 20,7%. Maior número de mulheres chefiando famílias de pessoas deficientes indica sobrecarga de incumbências para estas mulheres, cabendo-lhes o sustento da casa, os cuidados com a família e a residência e a atenção à pessoa com deficiência. Nas famílias chefiadas por homens, essas tarefas costumam ficar divididas. Tal indicador também sugere que a desestruturação das famílias é mais frequente naquelas em que existem pessoas com deficiência (ver tabelas 20 e 21).

O menor nível de instrução do chefe da família do portador de deficiência em relação às demais famílias é significativo, havendo quase 1/3 das famílias nas quais o chefe não tem instrução alguma, enquanto que na população total esse indicador corresponde a 22,7%. Sabe-se que os cuidados com os filhos na infância são fundamentais para a sobrevivência, a saúde e o desenvolvimento destes. Indicadores demográficos demonstram que a maior mortalidade na infância ocorre entre os filhos de mães jovens (inexperientes) e de menor nível educacional. Os percentuais obtidos podem indicar relação entre o nível de instrução do chefe de família e cuidados insatisfatórios na infância, o que pode acarretar deficiências. (ver tabela 20).

TABELA 20

Proporção de chefes de famílias que têm pessoas com deficiência, segundo sexo e anos de estudo do chefe da família – 1991

(Em %)

Anos de estudo	Chefe da família		Total
	Homens	Mulheres	
Sem-instrução	22,66	8,85	31,52
1 ano	3,62	0,91	4,52
2 anos	5,67	1,39	7,06
3 anos	6,63	1,68	8,31
4 anos	16,56	4,06	20,62
5 anos	2,48	0,74	3,22
6 anos	1,66	0,46	2,12
7 anos	2,03	0,49	2,51
8 anos	5,02	1,21	6,23
9 a 11 anos	6,88	1,94	8,83
12 a 17 anos	3,44	0,75	4,2
Alfabetização de adultos	0,65	0,19	0,83
Não determinado	0,01	0,01	0,02
< 5 anos de idade	0,01	0,01	0,02
Total	77,33	22,67	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

TABELA 21

Proporção de chefes de famílias da população geral segundo sexo e anos de estudo do chefe da família – 1991

(Em %)

Anos de estudo	Chefe da família		Total
	Homens	Mulheres	
Sem-instrução	17,01	5,68	22,69
1 ano	3,26	0,81	4,07
2 anos	5,30	1,28	6,58
3 anos	6,60	1,60	8,20
4 anos	17,54	4,07	21,60
5 anos	2,97	0,73	3,70

(continua)

(continuação)

Anos de estudo	Chefe da família		
	Homens	Mulheres	Total
6 anos	2,04	0,50	2,54
7 anos	2,41	0,56	2,96
8 anos	6,27	1,41	7,67
9 a 11 anos	9,49	2,50	11,99
12 a 17 anos	5,82	1,41	7,23
Alfabetização de adultos	0,58	0,14	0,72
Não determinado	0,02	0,01	0,03
< 5 anos de idade	0,00	0,00	0,01
Total	79,31	20,69	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

6.5 RENDIMENTO FAMILIAR

O rendimento familiar aqui considerado é aquele proveniente da soma dos rendimentos dos componentes do domicílio, excetuando-se os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes destes últimos. Corresponde à remuneração bruta da ocupação principal, de outras ocupações, de aposentadorias e/ou pensões das pessoas acima de dez anos de idade; além de outras fontes como aluguéis, arrendamentos, doações ou mesadas, lucros e resultados de aplicações financeiras.

Do total de pessoas com deficiência, 46,8% estão inseridas em famílias cujo rendimento mensal se situa na faixa de até dois salários-mínimos e 73% em famílias de até cinco salários-mínimos, o que denota a precária situação econômica deste conjunto da população – precariedade que se acentua em virtude das exigências das deficiências que requerem cuidados de alto valor monetário (ver tabela 22).

Na população total, observa-se que as famílias se distribuem mais em faixas de rendimentos superiores, como se pode ver na tabela 23.

TABELA 22

Distribuição do rendimento nominal médio mensal familiar das famílias de pessoas com deficiência por faixa de rendimento – 1991

(Em %)

Faixas de rendimento nominal médio mensal familiar (em SM)	Famílias de pessoas com deficiência
Até ¼	0,80
De ¼ a ½	7,32
De ½ a 1	15,72
De 1 a 2	22,93
De 2 a 3	12,95
De 3 a 5	13,67
De 5 a 10	11,78
De 10 a 15	3,30
De 15 a 20	1,34
De 20 a 30	1,15
Mais de 30	0,93
Sem rendimentos	5,12
Sem declaração	2,93
Indivíduo < 10 anos	0,07
Total	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Nas faixas de rendimentos, os intervalos são abertos à esquerda.

TABELA 23

Distribuição do rendimento nominal médio mensal familiar das famílias da população total por faixa de rendimento - 1991

(Em %)

Faixas de rendimento nominal médio mensal familiar (em SM)	Famílias da pop. total
Até ¼	0,67
De ¼ a ½	5,42
De ½ a 1	13,87
De 1 a 2	20,58
De 2 a 3	13,14
De 3 a 5	15,09
De 5 a 10	14,64
De 10 a 15	4,97
De 15 a 20	2,37
De 20 a 30	2,06
Mais de 30	1,90
Sem rendimentos	2,87
Sem declaração	2,42
Total	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Nas faixas de rendimentos, os intervalos são abertos à esquerda.

As famílias que têm rendimentos *per capita* inferiores a 1/4 de salário-mínimo correspondem a 18,88%. Os portadores de deficiência dessas famílias são os que fazem jus ao recebimento do benefício de prestação continuada da assistência social. A ampliação do rendimento *per capita* para meio salário-mínimo acrescentaria outros 21,7% ao potencial de famílias aptas ao recebimento do benefício (ver tabela 24).

TABELA 24

Distribuição do rendimento nominal médio mensal familiar per capita das famílias de pessoas com deficiência - 1991

(Em %)

Faixas de rendimento nominal médio mensal familiar per capita (em SM)	Famílias de pessoas com deficiências
Até 1/8	5,69
De 1/8 a ¼	13,11
De ¼ a ½	21,66
De ½ a ¾	14,13
De ¾ a 1	8,00
De 1 a 1 ¼	6,00
De 1 ¼ a 1 ½	4,18
De 1 ½ a 2	5,14
De 2 a 3	5,45
De 3 a 5	3,96
De 5 a 10	2,35
De mais de 10	1,08
Sem rendimento	6,76
Sem declaração	2,41
Indivíduo < 10 anos	0,08
Total	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 1991, microdados.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Nas faixas de rendimentos, os intervalos são abertos à esquerda.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Censo de 1991 foi o primeiro de uma série de outros que incluirão questionamentos sobre deficiência ou incapacidade, como determinado pela mesma lei que criou a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde/MJ),

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Esse Censo apresentou como resultado a incidência de 1,14% de deficiência no país, número subestimado em relação a outras pesquisas brasileiras e internacionais, o que motivou a revisão do questionário, com perguntas mais abrangentes e que propiciassem a captação dos diversos graus de deficiência. Não obstante a subenumeração, considerou-se útil investigar o perfil das pessoas captadas pela pesquisa do Censo, exercício que demonstrou consistência nos resultados apurados.

Dos dados obtidos, aqueles mais gerais e que merecem destaque dizem respeito à maior incidência de deficiência na região Sul, que pode originar-se da maior concentração populacional e do maior rigor na avaliação da deficiência em regiões com melhores níveis educacionais. Nota-se também que no Sul e no Sudeste se concentram as maiores incidências de deficiência mental, a qual, no Brasil, não representa 50% do total, como preconizado pela ONU, mas 39,51%; seguida pelas deficiências motoras, que, somadas, equivalem a 36,12%.

Na distribuição por idade e sexo, observa-se que os homens são mais acometidos que as mulheres em todos os tipos de deficiências, e que o grupo etário de 60 anos ou mais é o que apresenta a maior incidência de deficiências, com predomínio das sensoriais e motoras. Nesse grupo, predominam as mulheres, indicador também da maior sobrevida feminina entre os idosos.

Grande parcela das pessoas com deficiência é casada ou viúva e tem, portanto, responsabilidades familiares; mas as condições de sustento do conjunto das pessoas com deficiências são precárias, pois em sua maioria são não alfabetizadas; poucas trabalham habitualmente durante o ano e seus rendimentos se concentram entre 1/4 e 1 salário-mínimo. As pessoas com deficiência que pertencem a famílias com renda de até 1/4 do salário-mínimo *per capita* somam 19% e as que pertencem a famílias com até meio salário-mínimo *per capita*, 40% – informação importante para estimar a demanda potencial ao benefício de prestação continuada da assistência social.

Esses resultados e os outros mencionados no texto são sugestivos e permitem subsidiar os formuladores de políticas na concepção e na implementação de ações que venham a minimizar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência por meio da eliminação de barreiras físicas, sociais e econômicas e da busca da promoção da equidade. A prevenção da deficiência por intermédio de ações de saúde, de proteção no trabalho e de diminuição de eventos violentos, seja de trânsito ou de segurança pública, também é questão prioritária não só pelo aspecto humano, mas pelo motivo econômico de não subtrair da sociedade o potencial produtivo de uma população plena em sua capacidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. **Censo Demográfico do Brasil, 1991**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996.

_____. **Censo Demográfico do Brasil, 1991 - Microdados**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996.

MPAS/SAS. **A atenção à pessoa portadora de deficiência na área de assistência social**. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Assistência Social, 1996.

EDITORIAL

Gerente

Silvânia de Araujo Carvalho

Revisão

Marco Aurélio Dias Pires

Ana Flávia Magalhães Pinto

Constança de Almeida Lazarin (estagiária)

Fábio Marques Rezende (estagiário)

Luciana Soares Sargio

Editoração

Iranilde Rego

Aeromilson Mesquita

Elidiane Bezerra Borges

Roberto Astorino

Reprodução Gráfica

Antônio Lucena de Oliveira

Edilson Cedro Santos

Apoio Administrativo

Tânia Oliveira de Freitas

Wagner da Silva Oliveira

Divulgação

Edinaldo dos Santos

Geraldo Nogueira Luiz

José Carlos Tofetti

Luiz Gonçalves Bezerra

Mauro Ferreira

Orcilei de Fátima da Silva

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51,

14º andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

ISSN 1415-4765

Tiragem: 130 exemplares

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)